

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - DCJ

ARTHURO FRANCIS PEREIRA LIMA

**REFLEXÕES SOBRE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL NO SISTEMA PRISIONAL
BRASILEIRO E PARAIBANO**

SANTA RITA
2017

ARTHURO FRANCIS PEREIRA LIMA

**REFLEXÕES SOBRE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL NO SISTEMA PRISIONAL
BRASILEIRO E PARAIBANO**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, no Departamento de Ciências Jurídicas - Santa Rita, como requisito parcial da obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior.

**SANTA RITA
2017**

Lima, Arthuro Francis Pereira.

L732r Reflexões sobre assistência educacional no sistema prisional Brasileiro e Paraibano – Santa Rita, 2017.
68f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba.
Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2017.

Orientador: Profº. Dr. Nelson Gomes de Sant’Ana e Silva Júnior.

1. Educação. 2. Prisão. 3. Ressocialização. 4. Direitos Humanos. 5. EJA. I. Silva Júnior, Nelson Gomes de Sant’Ana e. II. Título.

BSDCJ/UFPB

CDU – 36:343.8

ARTHURO FRANCIS PEREIRA LIMA

**REFLEXÕES SOBRE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL NO SISTEMA PRISIONAL
BRASILEIRO E PARAIBANO**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Direito do
Centro de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal da Paraíba, no
Departamento de Ciências Jurídicas -
Santa Rita, como requisito parcial da
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior.

Data de Aprovação: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior (Orientador)

Profª Ma. Rebecka Wanderley Tannuss (Examinadora)

Profª Ma. Tatyane Guimarães Oliveira (Examinadora)

A minha mãe e a minha esposa
que foram o meu suporte nos desafios encontrados.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o qual tem sido o cerne de minha vida. Por ter iluminado meu caminho durante essa jornada.

Aos meus pais, Francisco Batista de Lima (*in memoriam*), Maria Zilva Pereira Lima, pessoas indispensáveis em minha vida, por toda formação do meu caráter.

A minha amada esposa Adelma, e meu filho Alexandre, pelo apoio total, irrestrito, pela paciência, e por estarem sempre torcendo e colaborando pelas minhas realizações. E meus irmãos que sempre me apoiaram ou cobraram quando necessário.

Aos professores Nelson e Rebecka, por sua paciência incontestável e preciosa orientação, que muito me auxiliaram desde a concepção do projeto até a realização do meu trabalho.

Aos demais professores do curso, que dedicaram seu tempo a nos ensinar, tendo a competência de orientar e colaborar para nossos conhecimentos.

Aos colegas de classe, por compartilhar essa jornada comigo.

Aos companheiros de trabalho, pelo apoio a mim dispensado as minhas pesquisas.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram e torceram pela efetivação deste sonho que ora se concretiza com a construção deste TCC.

“Na prisão, as ilusões podem oferecer conforto.”

Nelson Mandela

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o papel da ressocialização, notadamente a partir da assistência educacional dentro do Sistema Prisional Brasileiro, assim, confrontando objetivo das normas legais com o que se pratica nas prisões do país. A pesquisa apoiou-se em uma reflexão teórica sobre a legislação vigente e suas dificuldades na Assistência Educacional em prisões. Trata das políticas públicas voltadas para a pessoa privada da liberdade e seus principais desafios para a real efetivação do direito à educação. A Educação de Jovens e Adultos também se fez presente nas discussões pela semelhança dos sujeitos que acolhe dentro e fora das prisões, com escopo na abordagem jurídica adotada no direito pátrio, mais precisamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei de Execuções Penais e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta última, recepcionada pela Constituição Federal. O estudo, de natureza teórica, elaborado com base no método qualitativo, bibliográfico e documental, considerou que a ressocialização, a reeducação e a reinserção social dos apenados, necessariamente deverão ser o principal papel das unidades prisionais, pois a finalidade maior é ressocializá-los para depois reintegrá-los ao convívio na sociedade. Como elemento angular do processo de ressocialização, a assistência educacional para os privados de liberdade que, em geral, são jovens com baixa escolaridade e nenhuma qualificação profissional, não pode se limitar a escolarização e precisa ser integrada com ações de políticas públicas educacionais. Conclui-se que as ações de educação vêm sendo desenvolvidas em um ambiente de extrema precariedade, os quais funcionam mais como paliativos para se prestar contas à sociedade, a qual observa indiferentemente o que acontece intramuros no sistema prisional. A educação em prisões, da maneira como atualmente ofertada, não consegue sua efetivação no sistema penitenciário brasileiro.

Palavras-chave: Educação. Prisão. Ressocialização. Direitos Humanos. EJA.

ABSTRACT

This research aims to analyze the role of resocialization, especially from the educational assistance within the Brazilian Prison System, thus, confronting the objective of legal norms, with what is practiced in prisons in the country. The research was based on theoretical reflection on the current legislation and its difficulties in Educational Assistance in prisons. This research aims to study public policies aimed at the person deprived of liberty and its main challenges for the effective realization of the right to education. Youth and Adult Education was also present in the discussions by the similarity of the subjects that it receives inside and outside the prisons. With scope in the juridical approach adopted in the law, more precisely in the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988, in the Law of Penal Executions and in the Universal Declaration of Human Rights, the latter received by the Federal Constitution. The theoretical study, based on the qualitative, bibliographic and documentary methods, considered that the resocialization, re-education and social reintegration of the prisoners must necessarily be the main prison units, since the main purpose is to re-socialize them and reintegrate them in society. As an angular element of the resocialization process, educational assistance for those deprived of liberty, who are generally young people with low levels of education and no professional qualification, can not be limited to schooling and needs to be integrated with public educational policies. It is concluded that the educational actions have been developed in an environment of extreme precariousness, which function more as palliatives to society, which observes indifferently what happens inside the prison system. Prison education, in the manner currently offered, can not be effectively enforced in the Brazilian penitentiary system.

Keywords: Education. Prison. Resocialization. Human rights. EJA.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO	12
2.1	Os fins atribuídos a pena	12
2.2	A ressocialização: a execução penal e seu objetivo	16
2.3	O problema da reincidência	18
2.4	Conceito de EJA e a implantação do Programa no Brasil.....	20
2.5	A realidade das prisões no Brasil	24
3	AMPARO LEGAL DA EDUCAÇÃO NA POLÍTICA DE EXECUÇÃO PENAL.	31
3.1	Entendimento jurisprudencial e legislação penitenciária.....	36
3.2	Legislação Internacional e seu reflexo na educação	39
3.3	A EJA no sistema prisional brasileiro	41
4	INCONFORMIDADE ENTRE A LEI E A REALIDADE PRISIONAL.....	48
4.1	Situação atual e informações adicionais da estrutura prisional da Paraíba .	51
4.2	Principais problemas enfrentados nas unidades prisionais	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel da educação junto ao instituto da ressocialização no âmbito do sistema prisional. Para alcançar esse objetivo o método utilizado foi com base na pesquisa qualitativa que foi desenvolvida a partir da realidade que apresenta os objetivos. Buscando-se proporcionar conceitos e construções para uma melhor compreensão a cerca do assunto exposto. Na pesquisa bibliográfica foram usadas fontes secundárias como: Decretos, Códigos, Portarias e Leis, para o suporte de conhecimento das variáveis e autenticidade da pesquisa. Por fim, a pesquisa documental que é indispensável para essa fonte que foi abordada no estudo, esse método consistiu em uma técnica importante, fazendo complementos das informações obtidas, ou seja, demonstrando aspectos novos do tema aqui proposto (LÜDKE; ANDRÉ, 1996).

A História nos mostra que o sistema penitenciário brasileiro (SPB) nunca conseguiu o objetivo ligado a ressocialização de seus apenados. A superlotação das prisões, as precárias e insalubres instalações físicas, a falta de treinamento dos agentes públicos responsáveis pela reeducação, ressocialização e reinserção social da população carcerária. São alguns dos principais fatores que contribuem para o fracasso do sistema prisional, notadamente no tocante a recuperação social dos apenados.

A assistência educacional da forma que está sendo executada no SPB vem atendendo as necessidades das pessoas privadas de liberdade? A prisão não vem favorecendo a ressocialização, com isso, é preciso pensar, ao menos, na necessidade de se desenvolver programas educacionais dentro do sistema prisional que efetivem a cidadania dos reclusos. Em virtude do descaso do SPB, o preso, ao ser encarcerado em uma unidade prisional, passa a ser visto pela a sociedade como um marginal, notado supostamente de atitudes e tendências delituosas. Com essas afirmações podemos atribuir responsabilidade também a sociedade, pois há diversas outras formas para reprimir os transgressores, não bastando apenas colocá-los em celas como se fossem animais. Nesse sentido, torna-se importante adequar medidas que contornem esse fato.

O princípio da humanização da pena, o qual tem por finalidade impedir o sofrimento excessivo do preso e promover sua inserção na sociedade, está sendo

discutido há um bom tempo por doutrinadores. Afinal, não é porque infringiram a norma penal que os condenados devem ser tratados como se não fossem seres humanos dignos de respeito. A Constituição Federal de 1988 assegura a todos isonomia, dignidade, respeito e garantias de que ninguém sofrerá castigos cruéis, desumanos e degradantes. Cumpre ressaltar, que a sentença condenatória tirou dos condenados à liberdade, e não todos os direitos. Para este trabalho parte-se do conceito da pena que apresente a necessidade da reintegração do egresso, e que não venha a sofrer com os efeitos da estigmatização prisional.

Atualmente o Estado brasileiro é compromissado com os tratados internacionais para o respeito e a promoção dos direitos da pessoa humana, como por exemplo, as Regras Mínimas para o tratamento de presos adotado pela ONU. Como a prisão é, em si, um resultado dos processos sociais de exclusão, compreender a escola nesse itinerário educativo requer um nível de complexidade e reflexão, pois existem diversos fatores que influenciam a vida da pessoa reclusa.

A educação é hoje reconhecida como um direito fundamental, cujo acesso é considerado em si um alicerce para a efetivação de outros direitos e, a sua negação, um óbice às demais garantias. Com efeito, os indivíduos que passam por processos educativos tornam-se cidadãos em melhores condições de exercer seu papel, pois a educação é a base constitutiva na formação do ser humano e atua na defesa e composição dos outros direitos econômicos, sociais e culturais.

Nesse estudo, identificamos que a realidade do SPB não está em consonância com as normas internacionais vigentes e a Lei de Execuções Penais (LEP), notadamente no que diz respeito a Assistência Educacional do apenado. É possível notar que o manto protetor do direito esteja sendo mitigado, pois a realidade que vemos cotidianamente e pelos órgãos de proteção dos direitos humanos retratam uma situação dramática vivenciada por grande parte dos apenados em nosso estado e até mesmo no Brasil. A fundamentação legal será estruturada com base no regramento contido na Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, e na Constituição Cidadã de 1988, a qual revela que o direito positivo a ser tratado nesse estudo é o interesse dos apenados juridicamente protegido.

A LEP traz em seu art. 17 que: “assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. No estudo também apresentaremos a educação no âmbito carcerário garantida por lei, que a educação destina-se à população brasileira, sendo estendida também aos privados

de liberdade, deduz-se ser urgente a necessidade de políticas públicas socialmente comprometidas. Desta maneira, para que haja um retorno desses indivíduos em melhores condições e com possibilidade de sua inserção social. A reinserção social é necessária no atendimento às expectativas de uma sociedade mais justa e equilibrada. Sendo assim, é direito de qualquer pessoa, esteja ela em liberdade ou encarcerada, o acesso a instrução escolar e a formação profissional, tendo em vista que promover a cultura e a paz são objetivos fundamentais da ressocialização, pois o encarcerado de acordo com o Direito Penal, teve sua liberdade restrita, não sua dignidade.

Vamos expor nos capítulos a seguir a questão da educação em presídios do Brasil e da Paraíba - direito, contradições e desafios. Esperamos explorar primeiro algumas anotações para o manifesto do desenvolvimento e crescimento da ressocialização dos apenados em estudo.

A estrutura desse trabalho monográfico compreende-se em três capítulos teóricos.

O primeiro trata sobre a ressocialização dos apenados dando os apanhados evolutivos sobre o fim atribuído a pena, abordando o papel da ressocialização na execução penal e seu objetivo.

O segundo capítulo busca-se identificar a legislação penitenciária e as garantias jurídicas no tratamento das pessoas privadas de liberdade. Abordando as leis internacionais e as jurisprudências nacionais e seus reflexos na educação. O tema da EJA no sistema prisional brasileiro foi analisado, pois não é privilégio dos reclusos, e sim, um direito assegurado pelas normas legais.

O terceiro confrontamos o apresentado, os tratados internacionais e nas normas legais brasileiras, como forma de analisar a realidade da educação prisional. Situamos as condições penitenciárias paraibana, verificando que a situação no estado na Paraíba não difere sobre as realidades no país.

Conclui-se que a ressocialização pretendida nas penitenciárias brasileiras e no estado da Paraíba evidencia a sua ineficácia reabilitadora, ou seja, um instituto que fracassou no que diz respeito à função educativa.

2 A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

Este capítulo objetiva articular algumas questões relevantes em relação ao problema da falta do êxito na reabilitação do apenado. Aspira também evidenciar que o Sistema Prisional Brasileiro (SPB) fracassou em sua missão de ressocializar o detento e revelar alguns motivos disso. Inicialmente é interessante introduzir alguns conceitos sobre a ressocialização.

Em 1984, quando foi introduzida no Brasil a Lei de Execução Penal (LEP)¹, sua intenção não era utilizar a prisão apenas objetivando a punição, mas proporcionar a ressocialização dos apenados. Nesse sentido temos que “ressocializar é o método de reeducar um recluso para uma nova convivência na sociedade depois do cumprimento de penas designadas pela Justiça, na circunstância de o mesmo ter violado as leis e praticado algum delito” (MENDONÇA, 2008, p.54). Contudo, a prisão deseja ressocializar o detento e o devolve para a sociedade.

Antes de aprofundar essa questão, é necessário trazer algumas considerações acerca da finalidade da pena.

2.1 Os fins atribuídos a pena

A respeito das doutrinas sobre o fundamento do direito de punir, a categorização de Berner as decompõe em: teorias absolutas, relativas e mistas (OLIVEIRA, 1996).

- *Teorias Absolutas*: dizem respeito a retribuição e a expiação do delito cometido como finalidade da pena. Esta é a única definição encontrada nesse caso, pois a pena é justa em si mesma. Retribui-se o mal com o mal.
- *Teorias Relativas*: tem como objetivo fundamental da pena o seu caráter utilitário e preventivo. Desta maneira a pena precisa ser aplicada por ser útil e necessária a segurança e a defesa social. Aqui o delito deixa de ser o fundamento da pena e passa a ser seu pressuposto. As teorias relativas dividem-se em preventivas e reparadoras. As primeiras assinalam o caráter

¹ LEI Nº 7.210, DE 11 de julho de 1984.

preventivo a fim de evitar delitos futuros. As últimas visam corrigir ou reparar os danos decorrentes do ato perpetrado.

- *Teorias Mistas*: conciliam a atitude retributiva da pena com um fim político e útil e a necessidade de garantir o bem e os interesses da sociedade. Unem-se nesta teoria os princípios absolutos e os princípios relativos, agregando à pena um fim socialmente útil e um conceito retributivo.

Albergaria (1996) abrange que a teoria absoluta, atende ao significado de fim, uma vez que já traduz a retribuição em si, a imposição do mal da pena pelo mal do crime, a pena é vista então, como uma consequência justa e necessária do crime.

Em relação a teoria relativa, Albergaria (1996) defende que suas questões principais são a prevenção e a intimidação, toando para que a generalidade dos cidadãos se afastem do crime. Portanto, a teoria mista, o mesmo autor afirma que a possui uma maneira intermediária, que busca conciliar a retribuição e a prevenção.

Sobre a teoria relativa da pena, também conhecida como teoria utilitarista, apresentamos outra classificação, a função preventiva da pena divide-se em prevenção geral e prevenção especial.

Para a teoria da prevenção geral, a ameaça da pena é capaz de produzir no sujeito uma forma de motivação para não incumbir crimes. Jesus (2015) crê que a conclusão intimidativo da pena dirige-se a todos os destinatários da norma penal e tem por finalidade impedir que os indivíduos cometam delitos.

Nas palavras de Bitencourt (2003, p.77) temos:

A prevenção geral fundamenta-se em duas ideias básicas: a ideia da intimidação ou da utilização do medo, e a ponderação da racionalidade do homem. Essa teoria valeu-se das ideias fundamentais para não cair no terror e no totalitarismo absoluto. Teve necessariamente, de reconhecer, por um lado, a capacidade racional, e por outro lado, um Estado absolutamente racional em seus objetivos, que também é uma ficção.

A respeito da prevenção especial apresentamos que ela procura também evitar a prática do delito, mas diferentemente da prevenção geral, dirige-se exclusivamente ao transgressor em particular, objetivando que este não reincida (BITENCOURT, 2011, p.138).

Segundo Roxin apud Bitencourt (2011, p.138), “a doutrina da prevenção especial é incapaz de evidenciar uma delimitação do poder punitivo do Estado, uma

vez que ela deixa o cidadão ilimitadamente ao arbítrio jurídico-penal do Estado”. Sendo assim, pode-se garantir que a teoria aplicada no Brasil é a mista, já que busca reprimir o crime perpetrado e prevenir novos delitos, bem como pretende alcançar a reeducação² do apenado.

Para Thompson (1980) atribui-se a finalidade da pena, três objetivos concomitantes: a punição retributiva do mal causado pelo transgressor; a prevenção da prática de novos delitos, através da intimidação do condenado e de pessoas potencialmente criminosas; e a regeneração do preso, a fim de transformá-lo de criminoso em não-criminoso. Sobre o fim ressocializador da pena, temos (PRADO, 2005, p.522):

A pena- espécie de gênero sanção pena I- encontra sua justificação no delito praticado e na necessidade de evitar a realização de novos delitos. Para tanto, é indispensável que seja justa, proporcional à gravidade do injusto e à culpabilidade de seu autor, além de necessária à manutenção da ordem social.

Ainda segundo Thompson (1980), prevalece o alvo da recuperação, no entanto, não é autorizado que este seja obtido à custa do sacrifício dos objetivos, punição e prevenção.

Segundo os doutrinadores do Direito a afirmação categórica de que a pena deve ressocializar o preso, reinseri-lo na sociedade, deve ter caráter preventivo e punitivo, no entanto, a realidade dos presídios brasileiros mostra exatamente o contrário: a única finalidade da pena é punir o preso, destacando que os nossos presídios, mais parecem campos de concentração do que local de ressocialização (KLOOS, 2003).

Devido a realidade social do Brasil o que traz dificuldade deste assunto, é que na maioria dos casos, quando falamos em ressocialização, quase sempre estamos falando de pessoas que foram excluídas da sociedade, não quando foram encarceradas, mas sim em todo o trajeto de suas vidas, seres humanos que não

² É o processo de desenvolvimento das personalidades do preso, em consonância com os direitos fundamentais.

Disponível: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8456>. Acesso em: 31 ago. 2017.

tiveram muitas oportunidades na vida, não conseguindo, portanto, manter sua dignidade, terminando por enveredar na marginalidade.

A pena é o poder do Estado em face daquele que comete delito. Segundo Greco, “quando o agente comete um fato típico, antijurídico e culpável, abre a possibilidade para o Estado de fazer valer o seu jus puniende” (GRECO, 2011a, p. 469).

Refletindo sobre esta ideia, é interessante mostrar o conceito de Zaffaroni e Pierangeli (2006), em sua doutrina, sobre o sistema penal da seguinte maneira:

Chamamos ‘sistema penal’ ao controle social punitivo institucionalizado, que na prática abarca a partir de quando se detecta ou supõe detectar-se uma suspeita de delito até que se impõe e executa uma pena, pressupondo uma atividade normativa que cria a lei que institucionaliza o procedimento, a atuação. Esta é a ideia geral de ‘sistema penal’ em um sentido limitado, englobando a atividade do legislador, do público, da polícia, dos juízes, promotores e funcionários e da execução penal (p. 66).

Desta forma, o Estado tem que interferir e assumir a responsabilidade da punição daqueles que agiram contra o regramento social, mantendo a segurança desta sociedade. Entretanto, acreditamos que esta seja uma falsa garantia, pois atualmente, estar preso não é condição para se ver livre da violência.

O art. 33, "caput", do Código Penal³, prevê três tipos de regimes: fechado; semi-aberto; aberto. As penas privativas de liberdade são: reclusão e detenção, sendo a primeira mais grave. Penas restritivas de direitos são: autônomas e substitutivas. Alternativas Penais ou substitutivas ou medidas alternativas são aplicadas pelo legislador para impedir a pena privativa de liberdade. Penas restritivas de direitos são impostas na sentença condenatória.

Segundo Kloos (2003) uma pena severa não trará solução para os presos, mas uma política que os faça recuperar o potencial poderá contribuir para uma sociedade mais tranquila.

Nossa realidade penitenciária é arcaica, pois os estabelecimentos prisionais, na sua maioria, apresentam para os reclusos um verdadeiro inferno em vida, onde o preso se amontoa a outros em celas sujas, úmidas, anti-higiênicas e superlotadas.

³ Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

O Estado, através do cumprimento da pena, deveria nortear a reintegração⁴ do recluso ao meio social, dotando o preso de capacidade ética, profissional e de honra no entanto, age de forma contrária, inserindo o condenado num sistema que destrói sua personalidade, neutraliza sua formação ou o desenvolvimento de seus valores.

2.2 A ressocialização: a execução penal e seu objetivo

A LEP é tida como uma das leis mais elaboradas no mundo em termos de execuções penais e, mesmo após 33 anos em vigor não conseguiu a efetivação da ressocialização dos apenados, principal objetivo dos seus dispositivos.

A referida Lei é de amplo valor para a reintegração do apenado, pois amplia a probabilidade de reinserção, por meio de deveres, direitos, acesso à educação, trabalho, integridade moral, tratamento de saúde em geral, e etc, impedindo que o mesmo fique dentro da unidade prisional em ociosidade.

O art. 1º da LEP aciona o estilo ressocializador da pena, ao divulgar a “harmônica integração social do condenado e do apenado” que aborda: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Entretanto, o grande alvo que embala o discurso oficial da modernidade não se efetiva: os meios e os procedimentos utilizado não favorecem o que está disposto em lei.

O objetivo ressocializador da pena encontra amparo nas teorias da prevenção especial positiva que, de acordo com lição de Andrade (2003):

[...]desenvolvidas desde a Escola Positiva Italiana e retomadas no pós-guerra pela teoria da Nova Defesa Social representa entre outra por Ancel (1979) afirmam, ao revés, a função de tratamento do condenado para sua reeducação e readaptação à normalidade da vida social (p.57).

Nessa definição, averigua-se que esta doutrina deve remeter ao desejado objetivo de ressocialização no sistema penitenciário. Destaca-se que o termo

⁴ É um processo de comunicação e interação entre o cárcere e a sociedade, devendo, portanto, existir uma profunda transformação nesta, pois é o lugar decisivo para se buscar a solução do problema carcerário. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8456>. Acesso em: 31 ago. 2017.

ressocialização refere-se à liberdade de adotar a pessoa adequada novamente na sociedade, como faz a maioria dos homens.

Sobre o pensamento de Mirabete (2002, p.62) podemos acrescentar que:

A execução penal tem como princípio promover a recuperação do condenado. Para tanto o tratamento deve possibilitar que o condenado tenha plena capacidade de viver em conformidade com a Lei Penal, procurando-se, dentro do possível desenvolver no condenado o senso de responsabilidade individual e social, bem como o respeito à família, às pessoas, e à Sociedade em geral.

Assim, a citação acima aborda o comportamento do preso diante dos elementos externos, ou seja, para Dotti (1998, p.92), “ressocializar é modificar o comportamento do preso, para que este seja harmônico com o comportamento socialmente aceito e não nocivo à sociedade”. O autor ainda afirma que:

Tal objetivo assinalado à sanção criminal por algumas Constituições e Códigos Penais caracteriza, as mais das vezes, a tentativa do Estado de submeter o condenado a uma lavagem cerebral, negando-lhe a faculdade do livre arbítrio e o direito de ser diferente. Esta é uma opção existencial válida no Estado Democrático de Direito consagrado pela Constituição Brasileira que, entre seus fundamentos, adota o da dignidade da pessoa humana (p.92).

Nesse pensamento, o significado de ressocialização no sistema penitenciário deve ter o de reinserção social como “ajuda” ou “apoio” ao apenado, deixando sua escolha livre nos seus destinos posteriores, mesmo que estes o induzam a uma reincidência.

A LEP (1984) envolve uma série de informações complexas, contudo, é ela que ordena os princípios e normas que permitiriam a humanização do sistema penitenciário e a ressocialização do condenado.

A citada Lei posta em prática ajudaria na efetivação da sentença condenatória, seja com caráter de repressão ou prevenção do delito cometido. Além disso, constitui que deve haver qualidades mínimas para que o apenado se reconstrua, devendo ser agregados meios construtivos para a recuperação, adequando a integração destes, para que convivam em comunhão social.

2.3 O problema da reincidência

Para compreender a problemática da reincidência deve-se primeiramente conceituar. Segundo o art. 63 do Código de Penal Brasileiro, a reincidência é verificada quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.⁵

É importante lembrar que segundo o entendimento após o total cumprimento da pena o réu passa, depois de cinco anos, a ser considerado primário novamente. A ressalva para este caso é que este indivíduo passa a ser considerado com mau antecedente. Será primário com maus antecedentes. Esses dados serão sigilosos e deverão ser utilizados pelo juiz, ao analisar o caso concreto segundo o artigo 59 do Código Penal Brasileiro para fixação da nova pena.

De acordo com o Informe Regional de Desenvolvimento Humano de 2013-2014 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), estima-se que o índice de reincidência do Brasil é de aproximadamente 70%, dos presos voltam a cometer crimes ao deixarem a prisão.

Infelizmente, os dados estatísticos da América Latina dificultam a realização de uma verdadeira política criminal. Apesar disso, não há dúvida de que o sistema penitenciário não tem tido sucesso na busca pela reabilitação do apenado (BITENCOURT, 2011).

Pode-se dizer, no entanto, que a sociedade também possui sua parcela de culpa, pois dificilmente o mercado de trabalho privado oferece emprego ao ex-presidiário. Na verdade, não há como exigir que a sociedade acredite na recuperação de um criminoso, que muitas vezes praticou crimes assustadores. Infelizmente, não é raro que o egresso volte a reincidir, principalmente se levarmos em conta o baixo salário que recebem por serem oriundos do sistema carcerário (GRECO, 2011b).

O elevado índice de reincidência mostra que a prisão não vem cumprindo o seu papel ressocializador, pois o egresso não encontra uma estrutura que permita enfrentar os desafios de uma sociedade em transformação.

Não têm sido realizados estudos que permitam deslindar os aspectos que podem ter influência sobre a reincidência. Refiro-me ao fato de estabelecer se a reincidência pode não ser considerada como um ou o mais importante

⁵ Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984.

indicador da falência da prisão, ou se esta pode ser um resultado atribuível aos acontecimentos posteriores à liberação do interno, como seria, por exemplo, o fato de não encontrar trabalho ou então por não ser aceito pelos demais membros – não transgressores – da comunidade (HOOD, 2011, p.170).

É preciso também que sejam levadas em conta as mudanças que ocorrem na dignidade humana sobre o qual a pena produz sua ameaça. Apesar de permanecer idêntica, a pena pode ter sua sensibilidade variada causando assim efeitos distintos dos objetivados (HENTING, 2011)

Por isso que é necessário enfrentar esse problema com uma visão mais abrangente, pois a pena que era aplicada em tempos passados poderá não efetivar a sua função, visto que a sociedade e os indivíduos mudam seus valores e comportamentos. Além disso, a estratificação nos presídios dos detentos não é levada em conta na avaliação da reincidência, e isso pode implicar em análises equivocadas acerca das causas do retorno aos cárceres.

Para Bitencourt (2011), o índice de reincidência, que é um método de avaliação da efetividade do sistema, é insuficiente, dado que não só se pode atribuir à reincidência do indivíduo a fato da prisão ter falhado, mas também pode-se somar fatores sociais e pessoais.

Um dos fatores que possivelmente contribui para a reincidência é a estigmatização do egresso, tendo em vista que mesmo depois de pagar sua dívida com a sociedade, suportando condições subumanas nos estabelecimentos penitenciários, continua cumprindo pena, pois sempre carregará consigo a marca de ser um ex-presidiário.

Um homem assim violentado e despejado de sua identidade humana, encerrado dentro do próprio cárcere, sujeito a degradação à sexual de toda a espécie, sai daí, desse depósito humano, desta universidade do crime e sementeira da violência e da criminalidade, sem mais um sentimento que o impeça de violar ou matar (OLIVEIRA, 1996, p.91).

Outro ponto que denota a complexidade do processo ressocializador são as consequências que a prisionalização⁶ causa nos reclusos. A prisionalização pode

⁶ Trata-se da assunção das atitudes, os modelos de comportamento, dos valores característicos da subcultura carcerária. Estes aspectos da subcultura carcerária, cuja interiorização é inversamente proporcional às chances de reinserção na sociedade livre, têm sido examinado sob o aspecto das relações sociais e de poder, das normas, dos valores, das atitudes que presidem estas relações, como também sob o ponto de vista das relações entre os detidos e o staff da instituição penal. (BARATTA, 2002, p. 186, grifo do autor).

ser entendida como um dos efeitos mais importantes que o subsistema carcerário produz nos detentos, pois ela se assemelha a um processo de socialização em que indivíduos ingressam em grupos, ou até mesmo, grupos fundem com outros, produzindo-se assimilações (OLIVEIRA, 1996).

Ao se pensar, o processo educativo no espaço da prisão, há de se ter clareza sobre os limites impostos pelo contexto singular, mas também não reduzir o processo educativo à escolarização. Como em qualquer processo educativo, há que se buscar entender os interesses e as necessidades de aprendizagem da população carcerária e quais os limites que a situação impõe sobre processo.

2.4 Conceito de EJA e a implantação do Programa no Brasil

A EJA⁷ na LDB 9.394/96 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabeleceu no capítulo II, seção V a Educação de Jovens e Adultos. Diz o artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Essa definição da EJA, nos esclarece o potencial de educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui.

Cabe ao governo, de acordo com o parágrafo segundo do art. 37 da referida lei, estimular o acesso da população à essa modalidade educacional e oferecer condições de funcionamento dignas para que sejam de fato efetivados os seus objetivos que são os de inclusão social e melhoria da qualidade de vida pessoal e profissional dos educandos. Principalmente os privados de liberdade como ferramenta de inclusão social.

Além da oferta do ensino fundamental e médio, também é possível a integração da EJA aos cursos da Educação Profissional, projetos como PRONATEC⁸ e PROCAP⁹, possibilitando assim ao aluno privado de liberdade além de alcançar o nível de ensino que deseja uma qualificação profissional para ser reintegrado na cadeia produtiva. Muito mais que uma política educacional a EJA é principalmente uma política social. Ela dará condições para que os alunos privados

⁷ A Educação de Jovens e Adultos é definida pelo art. 37 da LDB (lei n. 9.394/96).

⁸ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

⁹ Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes.

de liberdade melhorem sua empregabilidade, qualidade de vida e possibilita que o apenado recupere o respeito na sociedade e sua autoestima.

Com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 1934, a Educação de Adultos foi estabelecida e instituída pela primeira vez pelo Estado. Nas décadas seguintes foram implantadas políticas pedagógicas, com a criação de órgãos que objetivavam a regulamentação da educação de adultos em nível nacional.

De acordo com Cunha (1999, p.11) a ideia, na década de 1940, era que o analfabetismo gerava pobreza e marginalização. O adulto analfabeto era incapaz política e juridicamente, não podia votar ou ser votado.

É nesse cenário de opressão que, no final dos anos 50, Paulo Freire¹⁰ sugeriu uma nova pedagogia que levava em conta a vivência e a realidade do educando como um participante ativo no processo da educação no Brasil. Ele lançou a Pedagogia do Oprimido uma proposta visionária, na área da educação, uma metodologia em que o homem apreende com a sua própria realidade, livre da influência das classes opressoras.

Na proposta freiriana o homem é o seu próprio libertador unindo, como num sonho, uma educação real baseada no seu cotidiano, no trabalho, na terra, na falta de oportunidade, na fome, na sede e na doença. Todas essas chagas serviram de base para essa pedagogia fundada numa educação libertadora.

Foi na década de 60 que a alfabetização de jovens e adultos teve um novo impulso, mesmo com o país vivendo, a partir de 1964, uma forte pressão promovida pelo então regime militar. Nesse período a Igreja Católica teve grande influência na permanência desse movimento de alfabetização. Ainda sob a influência do regime militar, a década de 70 foi marcada pelo início do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), programa do governo que tinha por objetivo erradicar o analfabetismo em dez anos. Após diversas modificações nos objetivos do MOBRAL, surgiram em 1971, os Supletivos (Centros de Estudos Supletivos) por todo o País que visavam escolarizar um maior número de pessoas e satisfazer às exigências do mercado de trabalho.

¹⁰ Paulo Reglus Neves Freire (nascido em Recife, 19 de setembro de 1921 —Faleceu em São Paulo, 2 de maio de 1997) foi um educador, pedagogo e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira.

Uma das causas do fracasso do MOBRAL no seu trabalho de alfabetização do jovem e do adulto brasileiros está relacionada aos recursos humanos: o despreparo dos monitores a quem era entregue a tarefa de alfabetizar. Tratava-se de pessoas não capacitadas para o trabalho em educação, que recebiam um “cursinho” de treinamento de como aplicar o material didático fornecido pelo MOBRAL e ensinavam apenas a mecânica da escrita e da leitura, portanto, não alfabetizaram (SAUNER, 2002, p. 59).

Com o retorno da democracia, na década de 80, o MOBRAL foi extinto e substituído pela Fundação EDUCAR que deu impulso na ampliação da EJA, levando a sociedade civil organizada a exigir por uma escola pública e gratuita para todos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, com os direitos conquistados na área de educação, a EJA teve grandes avanços principalmente para os que não foram oportunizados no acesso ao Ensino Fundamental na idade apropriada.

Na década de 90, a EJA passou a ser responsabilidade de Estados e Municípios levando, nesse período, à extinção da Fundação EDUCAR. Finalmente o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou, no início de 2003, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo priorizando a alfabetização de jovens e adultos, lançando o Programa Brasil Alfabetizado. Através desse programa o MEC ajudará os órgãos que tratam da educação pertencentes às áreas públicas estaduais, municipais, instituições de ensino superior e Organizações Não-Governamentais (ONGs) para que impulsionem ações ligadas a alfabetização como a formação de alfabetizadores e a alfabetização dos jovens e adultos.

O Brasil hoje possui vários instrumentos legais que fundamentam e institucionalizam a Educação de Jovens e Adultos no país como modalidade básica de educação. Apesar que hoje ainda vivenciamos “uma diversidade de projetos, propostas, de programas resultantes do rompimento com a padronização que marcou a educação de adultos a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nacional 5.692/71” (SOARES, 2002, p.08), mas que ainda também, concomitante, “estamos em um período de transição, convivendo com antigas práticas como a do ensino supletivo, marcado pelo aligeiramento do ensino, e uma nova concepção de educação expressa pelo direito e por uma educação de qualidade” (idem, p.08).

No Brasil é através da Constituição Federal de 1988 que se consegue garantir que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o

trabalho” (Artigo 205). No art. 208, estabelece-se o dever do Estado na garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, “sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (SOARES, 2002, p.08).

O Parecer CNE¹¹ nº 11/2000 – texto que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA – representa um importante marco na consolidação legal da Educação de Jovens e Adultos no país, com diz (SOARES, 2002, p.13):

“A EJA já não tem mais a função de suprir, de compensar a escolaridade perdida como está mencionado na legislação anterior. São três as funções estabelecidas para a EJA: a função reparadora, que se refere ao ingresso no circuito dos direitos civis, pela restauração de um direito negado; a função equalizadora, que propõe garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade de modo a proporcionar maiores oportunidades, de acesso e permanência na escola, aos que até então foram mais desfavorecidos; por último, a função, por excelência da EJA, permanente, descrita no documento com a função qualificadora. É a função que corresponde às necessidades de atualização e de aprendizagem contínuas, próprias da era em que nos encontramos. Diz respeito ao processo permanente de ‘educação ao longo da vida’, para citar o Relatório da UNESCO para o século XXI”.

A Declaração, no seus art. 2º e 5º, afirma ainda que educar é promover um direito, não é um privilégio; que educar não se resume a um treinamento prático, mas sim é destacar as dimensões sociais, profissionais e culturais da cidadania. Assim:

[...] os objetivos da educação de jovens e adultos, vistos como um processo de longo prazo, desenvolvem a autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade; promovem a coexistência, a tolerância e a participação criativa e crítica dos cidadãos em suas comunidades, permitindo assim que as pessoas controlem os seus destinos e enfrentem os desafios que se encontram à frente. É essencial que as abordagens referentes à educação de adultos estejam baseadas no patrimônio cultural comum, nos valores e nas experiências anteriores de cada comunidade, e que estimulem o engajamento ativo e as expressões dos cidadãos nas sociedades em que vivem (MAEYER, 2006, p. 20 e 21).

Nesse sentido, a educação de jovens e adultos não pode ser compreendida como uma segunda chance de educação, nem tão pouco a última oportunidade de

¹¹ Conselho Nacional de Educação.

se fazer parte da comunidade de letrados (aqueles que estudaram e têm conhecimento). Passamos a compreender então que não pode ser considerada em momento algum como um prêmio de consolação ou um tipo de educação reduzida oferecida àqueles que por diversas razões (sociais, familiares ou políticas) não foram capazes de tê-la durante a infância, não é uma educação pobre para pobres, mas sim um direito de todos.

2.5 A realidade das prisões no Brasil

Acredita-se que, as prisões deveriam ser locais para que os apenados pudessem cumprir suas penas conforme decisão judicial criminal. Dessa forma, se faz necessário uma reflexão acerca dessa conduta delitiva, para então, o mesmo ser reinserido na sociedade após certo tempo, em respeito aos princípios que regem a execução da pena, disciplinados na Lei n.º 7.210/1984.

Contudo, na prática ocorre o oposto: há um completo desrespeito dos direitos dos presos, começando pela superlotação dos presídios, situação esta, que afronta diretamente o princípio da dignidade da pessoa humana, nesse sentido a ministra do STJ Maria Thereza Rocha de Assis Moura diz que:

[...] o processo de deterioração do desumano sistema carcerário é evidente: prisões superlotadas, sem lugar para todos; muitos dormem no chão de cimento, em colchões de espuma imundos, ou sobre cobertor. Onde o espaço do chão não é suficiente para permitir que todos se deitem, os presos se revezam; o meio ambiente é insalubre; os doentes são, muitas vezes, misturados com os sadios; há ratos, baratas; os programas educativos, recreativos e profissionalizantes quase inexistem; a falta de consideração pela dignidade dos presos é notória.

Expostos esses argumentos, a professora Maria Thereza afirma que na medida em que, o cárcere não reabilita, nem reintegra o condenado à sociedade, é preciso evitar, pelo menos para os pequenos e médios infratores, a prisão, impondo-lhes penas alternativas.

Essa informação corrobora com os dados levantados pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN - MJ) DEZ/2014, através de pesquisa, a qual afirma que, o Sistema Penitenciário Brasileiro apresenta 622.202 presos, passa a ser a quarta maior população carcerária do mundo.

O déficit de vagas passou a ser de 354 mil, comprovando, dessa forma, a superlotação dos presídios. Isso, se não contarmos o número de mandados de prisão em aberto, que de acordo com o Banco Nacional de Mandados de Prisão são 373.99, a nossa população prisional saltaria para 1,089 milhão de pessoas. (MONTENEGRO, 2014).¹²

Além disso, hoje, as penitenciárias são consideradas verdadeiras “faculdades do crime”, pois aprendem e se aperfeiçoam em habilidades para cometimento de novos delitos. Isso ocorre, principalmente, porque a lei de execuções penais ainda não é cumprida com rigor.

No interior desses presídios nem sempre existe a separação dos presos de acordo com a pena imposta, ou a sua periculosidade para a sociedade, ou de acordo com o seu grau de instrução, chefes de facções criminosas juntos com os presos primários. Dessa forma, os pequenos transgressores, que praticaram crimes de menor potencial ofensivo, encontram dentro das penitenciárias seu amadurecimento criminoso.

E nítido o descumprimento do princípio mais importante da Constituição Federal do Brasil, o art. 5º, observe:

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XLVIII – a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;
XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;
LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação; [...] BRASIL (1988).

A atual situação do Sistema Prisional Brasileiro, nos leva a pensar que é imprescindível adotar novas políticas penais e penitenciárias de forma emergenciais, para que sejam assegurados os direitos dos apenados que se encontram na LEP (1984).

Greco (2011b) em seu pensamento, revela que o movimento de lei e ordem, com a adoção de um Direito Penal máximo, a cultura da prisão como resolução dos problemas sociais poderia contribuir enormemente para o agravamento desse fenômeno, a superlotação dos presídios.

¹² Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61762-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileiro>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

Como se não fosse o bastante a situação da superlotação dos presídios e o desrespeito dos direitos dos presos são pontos que preocupam a sociedade como um todo. Outra razão que merece destaque no Sistema Penitenciário Brasileiro se deve ao custo do apenado. Segundo apurado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) carcerária de 2015 no que se refere ao valor do preso para o Estado, afirmou que esse dado é bastante variável, mas que, na média, deve ser em torno de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil.

Ainda, o autor argumenta, um custo muito alto para o Estado se levarmos em consideração que o índice de reincidência em crimes, também se mostra bastante elevado, uma vez posto em liberdade, a tendência da maioria dos presos ao sair do cárcere será de acometer novos delitos, para retornar novamente às penitenciárias. Dessa forma se torna evidente que, a prisão não se tornou no todo um espaço de privação da liberdade, mesmo por afastar o condenado de seu convívio da sociedade, mas um porto seguro, pois fora das detenções o apenado se sente como se estivesse com alguma moléstia grave, por não ser conscientizado numa efetiva ressocialização.

Nesta linha de pensamento, Bitencourt (2014) comenta que, a prisão já foi como instituição uma casa com alternativa mais adequada para correção do transgressor, no entanto, essa realidade em nossos dias não passa de uma fundação falida:

[...] A prisão se converteu na principal resposta ao criminoso, acreditou-se que poderia ser um meio adequado para reformar o transgressor. Durante muitos anos predominou a firme convicção de que a prisão poderia ser um instrumento idôneo para realizar todas as finalidades da pena e que, dentro de certas condições, seria possível reabilitar o transgressor. Atualmente predomina uma atitude pessimista, que já não possui muita esperança sobre os resultados que se possa conseguir com a prisão tradicional. A crítica tem sido tão persistente que se pode afirmar, que a prisão está em crise. Essa crise abrange também o objetivo ressocializador da pena privativa de liberdade, visto que grande parte das críticas e questionamentos que se fazem à prisão refere-se à impossibilidade de obter algum efeito positivo sobre o apenado (p.102).

Notório será, admitir que o sistema penitenciário precisa de uma urgente reestruturação, por se encontrar em crise. Há de observar emergentes mudanças de reparos, para que se cumpra com efetividade o disposto na Lei de Execução Penal, os programas não conseguem a inserção em sua totalidade.

A ressocialização, de acordo com Greco (2011b, p. 306) nada mais é do que o dever do Estado, representado pelo sistema carcerário, como parte da administração pública, desde a iniciação do condenado em atividades que lhe foram privadas extramuros, a facilitar seu retorno a sociedade e vice-versa, já agora minimamente habilitado, pois muitos depois das penas retornam as penitenciárias.

Lastimável sentir que na maioria dos casos, a prática da exclusão dentro dos presídios, torna uma inevitável “faculdade do crime”. Entretanto, este atual modelo no sistema penitenciário não mais atende as necessidades de uma sociedade em mudanças. Há de convir, que diversos outros fatores comentados a seguir, pode ser a causa que podem contribuir a falência desde os tempos remotos, alegados por Nunes (2013, p. 319):

Muitos são os motivos que ensejaram essa triste situação prisional, que comprovadamente tem contribuído com o terrível quadro de violência crescente no país e com seus altos índices de reincidência. A superpopulação carcerária, a falta da aplicação da lei de execuções penais, a corrupção, o tratamento desumano, que é oferecido ao detento, dentro das nossas prisões, as mortes que costuma acontecer em nossas unidades prisionais, o tráfico de drogas, o uso de bebidas alcoólicas e a prostituição infantil, são uns dos fatores que tem alimentado o fracasso quase que total do sistema penitenciário brasileiro.

As organizações criminosas no Sistema Penitenciário mudam de perfil a cada obstáculo. É necessário que haja a cooperação cada vez maior entre as diversas instituições e uma ação conjunta para a repressão a este novo desafio que assola os presídios pelo Brasil.

Vale atentar, que para se ter a solução dos problemas encontrados no Sistema Penitenciário Brasileiro, o ideal será investir em políticas penitenciárias na área da educação, da cultura, do trabalho e nas políticas públicas de inclusão social aos presos para cumprirem suas penas conjuntamente com a inserção social-cidadã. Tudo isso, demanda tempo e a boa vontade dos gestores públicos, certamente esses problemas serão solucionados de maneira mais confortável aos encarcerados. Dessa forma, o dever nessa luta seria cobrar dos legisladores novas políticas criminais e penitenciárias para respeitar os reais direitos dos presos, segundo a ONU, ao possibilitar a ressocialização dos apenados, a priorizar sua reinserção social.

Greco (2011b, p. 303), argumenta que não se pode pôr a culpa tão somente no legislativo, quando perpassa a responsabilidade ao Poder Executivo, mas a

implementação dos recursos ainda se mostra inadequado às necessidades intrínsecas do sistema penitenciário. A corrupção, o desvio de verbas, a má administração dos recursos, enfim, todos esses fatores podem ser o engodo das soluções tão almejadas, para tanto se faz emergente as soluções para esses fins para uma efetiva fiscalização por parte dos órgãos competentes. Mas se o problema orçamentário, a ineficiência e/ou inexistência da lei que exija o cumprimento da lei sem brechas, ainda são as razões que impedem as tomadas atitudes, para isso, se faz necessário mobilizar de modo mais responsável as Casas Legislativas competentes a destinarem as verbas necessárias a esse fim.

Os legisladores com intuito de promover uma resposta a sociedade da inovação do sistema carcerário, elaboraram diversos projetos, o mais recente acerca do monitoramento eletrônico aos presos. O objetivo era de minimizar os casos de reincidência nos núcleos carcerários e, por consequência a redução dos gastos do Estado com os apenados. Recentemente, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou o projeto de lei (PLS 310/2016)¹³ que altera a Lei de Execução Penal, para prever que as despesas com monitoramento eletrônico sejam arcadas pelo condenado.

Por fim, ainda não se tem um resultado satisfatório da superlotação carcerária, mas a luta prossegue em busca de solução mais dinâmica e segura.

A união de todos estes problemas acima citados com a falta de segurança das prisões e o ócio dos presos, leva ao aparecimento de outro sério problema do sistema penitenciário brasileiro, as rebeliões:

As rebeliões, embora se constituam em levantes organizados pelos presos de forma violenta, nada mais são do que um grito de reivindicação de seus direitos e uma forma de chamar a atenção das autoridades para situação subumana à qual eles são submetidos dentro das prisões (ASSIS 2007, p.74-78).

São frequentes as notícias na mídia sobre massacre acontecendo em várias partes do Brasil. Um clássico exemplo para ilustrar a questão é o que aconteceu no Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida por Carandiru. Criado na década de 1920, para comportar 1.200 presos, o complexo do Carandiru chegou a ser exemplo de excelência, nele os próprios detentos eram responsáveis por cuidar

¹³ Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126640>>. Acesso em: 06 out. 2017.

da manutenção do presídio, realizando desde a limpeza até mesmo os serviços da enfermaria, sem mencionar a lavoura lá existente que supria parte da alimentação ali servida (GRECO, 2011b, p.237).

Vinte anos depois, começaram a surgir os problemas, a penitenciária começou a abrigar mais detentos do que suportava, a superpopulação começou a destruir toda a estrutura antes consolidada. Em 1956, foi feita uma ampliação no complexo, aumentando sua capacidade para 3.250 detentos, mas o problema da superlotação persistia e piorava cada vez mais (GRECO, 2011b, p.237).

O complexo chegou a abrigar aproximadamente oito mil presos, que sobreviviam, não se sabe como, em um ambiente fétido, promíscuo e agressivo, onde eram frequentes os espancamentos, as torturas e, até mesmo, as brigas entre grupos rivais, sobretudo nos últimos trinta anos quando começaram a surgir as facções criminosas ligadas, principalmente, aos crimes de extorsão mediante sequestro e tráfico de drogas (GRECO, 2011b, p.237).

Mesmo passando-se 25 anos do referido episódio seus autores continuam impunes. As autoridades envolvidas e caso o superior tribunal de justiça confirme a anulação do julgamento das mortes dos 111 apenados ainda continuará em pune. A rebelião explodiu em 1992, o Carandiru foi invadido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo que foi noticiado, houve resistência por parte dos presos, que portavam, mesmo dentro do complexo, armas de fogo, facas, seringas com sangue contaminado pelo vírus do HIV, pedaços de pau etc. (GRECO, 2011b).

Este é um dos episódios mais conhecidos na história do sistema prisional do nosso país, o chamado massacre do Carandiru deixou segundo informações oficiais 111 presos mortos e em 2002 iniciou-se o processo de desativação do complexo (GRECO, 2011b, p. p. 239).

Além deste caso temos como exemplo o acontecido em 2006, quando o líder da facção criminosa conhecida como PCC (Primeiro Comando da Capital), no Estado de São Paulo comandou uma série de rebeliões simultâneas em 73 presídios paulistas, juntamente com uma onda de atentados pelo Estado que causaram terror a milhões de habitantes. A rebelião resultou na morte de 152 pessoas (GRECO, 2011b).

Merece destaque também, a rebelião ocorrida na Casa de Detenção José Mário Alves da Silva, mais conhecida como presídio Urso Branco, localizada na cidade de Porto Velho, Rondônia. Nela mais de 190 pessoas foram reféns e 16

presos foram mortos pelos seus próprios companheiros de cela. Este caso chocou toda a população, devido as cenas chocantes e também a crueldade com que os presos eram tratados pelos seus próprios colegas.

Como o presídio havia sido dominado pelos detentos, em sinal de poder, subiram até o alto do prédio, onde ficava localizada uma caixa d'água e, de lá, à vista de todos, deram início às execuções sumárias, chegando inclusive, a decapitar e a esquartejar os corpos. Os familiares dos presos que a tudo assistiam do lado de fora do presídio se desesperavam. Mães desmaiavam, pais clamavam por misericórdia, enfim, foram dias de verdadeiro terror dentro do sistema prisional. Há relatos, inclusive, de que alguns presos jogaram futebol com a cabeça de um detento que havia sido decapitado (GRECO, 2011b, p. 239).

Apesar de não justificarem o comportamento tão brutal apresentado nas rebeliões, as condições precárias das prisões explicam por que elas começam. São um gatilho para a tragédia do sistema penitenciário. Existem inúmeras facções que disputam o poder dentro dos presídios entre elas podem citar: primeiro comando da capital (PCC), comando vermelho (CV), família do norte (FN), que inclusive tem seus próprios estatutos.

3 AMPARO LEGAL DA EDUCAÇÃO NA POLITICA DE EXECUÇÃO PENAL

A educação na prisão é, antes de tudo, um direito e não um privilégio. Sabe-se que, enquanto direito universal, a educação básica se constitui no alicerce para o acesso aos demais direitos sociais, que seja a saúde, alimentação, participação social e política e mesmo para a liberdade. O privado de liberdade, por sua vez, ao sofrer as punições estabelecidas na lei penal, perde os seus direitos de mobilidade. No entanto, é preciso resguardar a estes sujeitos os direitos de dignidade, respeito e educação. Uma vez recluso privado de liberdade passa a ser alvo direto do processo de julgamento e dos mais diversos preconceitos sociais. Nesta situação, até mesmo a oferta da educação para esses cidadãos vem sendo restrita. Se pensada e praticada, de fato, enquanto direito, a educação seria como salienta Maeyer (2009, p. 42), "um conteúdo em contradição com a aprendizagem informal da prisão e com as mensagens transmitidas pelos colegas e pela televisão". Ou seja, uma oportunidade de resgate e reconstrução da dignidade humana fragilizada, por vezes esquecida.

Em observação às categorias locais, institui que todas as unidades prisionais necessitarão dotar-se de uma biblioteca equipada de livros didáticos e instrutivos e que, devido à inclusão e particularidade da questão, as atividades educacionais podem ser artefato de convênio com entidades públicas ou particulares, acolhendo escolas ou proporcionando cursos especializados. De acordo com o sítio do Portal do Supremo Tribunal Federal (STF), onde aborda a entrega de 40 bibliotecas com 20 mil livros a presídios do país vejamos:

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, reuniu-se, nesta quinta-feira (12), com o ministro da Educação, Mendonça Filho, para acertar a doação de 40 bibliotecas, com 20 mil livros ao todo, para presídios em todo o País.

O cronograma de entrega e os presídios beneficiados serão definidos pela ministra Cármen Lúcia junto aos Tribunais de Justiça dos estados.

De acordo com Mendonça Filho, as obras de literatura brasileira e estrangeira serão doadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC. Em uma segunda etapa, também serão doados livros didáticos.

“À medida que humanizamos as penitenciárias, estamos trabalhando para que os apenados possam ser devolvidos à sociedade em um patamar de recuperação adequado. Ainda há o componente importante da remição de pena com leitura, que ajuda a desafogar o sistema carcerário”, disse o ministro.

Mendonça Filho informou que foi marcada uma nova reunião com a presidente do STF na próxima terça-feira para definir o cronograma da entrega das bibliotecas.

Como podemos observar, educação é importante categoria que permeia toda a discussão sobre o programa de ressocialização ou reinserção social no sistema penitenciário. Sempre foram vistos de forma diferente na implementação de políticas públicas de execução penal. Enquanto a maioria de agentes operadores da execução penal valorizam o trabalho como proposta de programa de ressocialização, outros valorizam a educação. Atualmente, há um outro grupo que acredita que a educação e o trabalho devem estar aliados.

A educação é vista como um dos meios de promover a reinserção social e a aquisição de conhecimentos que permitam aos internos depois de conquistarem a liberdade terem uma perspectiva de um futuro melhor. Prevista em diferentes instrumentos legais, a educação enquanto direito humano subjetivo está sintetizado na constituição federal de 1988 (art. 205) ao se afirmar que: “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p.205).

A assistência educacional nas unidades prisionais amparada pela Lei de Execução Penal já previa acesso do preso à educação escolar. Embora seja uma lei anterior à Promulgação da Constituição de 1988, percebe-se que a mesma já assume aspectos do processo de democratização pelo qual o país vinha passando, que têm como marco a Constituição de 1988.

Nessa mesma direção, temos o decreto federal nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007 que aprova o código penitenciário federal e, também, prevê a assistência educacional ao preso em unidades penais federais, inclusive aos presos em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).

A LEP envolve uma série de elementos complexos, todavia, é ela que prescreve os princípios e regras que possibilitariam humanização da pena no sistema penitenciário e a ressocialização do preso.

Destacamos o decreto federal 7.626/11 que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), que tem como meta ampliar e qualificar a oferta de educação no Sistema Penitenciário Brasileiro, contemplando a

Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica e promover reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação (BRASIL, 2011a).

A assistência educacional configura um dos fatores de maior importância para a regeneração do privado de liberdade. Assim como o desempenho de uma atividade laborativa representa a pedra angular para a ressocialização, a educação pode mudar o destino daquele que enveredou pela estrada da criminalidade e transformá-lo num cidadão consciente do seu papel na sociedade.

A LEP reconhece a importância da educação para os fins da pena. A assistência educacional está contida na Seção V, do Capítulo II, da LEP. Nos cinco artigos desta seção estão previstos o que compreenderá a assistência educacional:

SEÇÃO V

Da Assistência Educacional

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Do Amparo Educacional, conforme os art. 17 ao 21, diz que “compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado” e que “o ensino fundamental (antigo ensino de primeiro grau)¹⁴ será indispensável, agregando-se no sistema escolar da unidade federativa”. Já a educação profissional necessitará ser provido em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Um dos fatores que mais contribuem para que o egresso do sistema penitenciário brasileiro volte a delinquir é a baixa escolaridade. Segundo os dados do Infopen, no ano de 2014, apenas 13% da população prisional participava de

¹⁴ O ensino básico compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o médio. Compreendem-se por ensino fundamental os nove anos de ensino inicial.
Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos>>. Acesso em: 06 out.2017.

alguma atividade educacional, formal ou não. As unidades prisionais do Amapá, Espírito Santo e Paraná são as que apresentam maior parcela de pessoas estudando, enquanto Goiás e Piauí possuem os piores índices, com apenas 4% dos reclusos envolvidos com atividades educacionais.¹⁵

Assim, a LEP (1984) prevê que a “assistência educacional” compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do recluso. Institui como obrigatório o ensino fundamental, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Todavia, verifica-se que as unidades penais ainda não possuem ações regulares de ensino, posto que o maior interesse dos reclusos recai, nas atividades laborais, que lhe propiciam algum ganho financeiro, além da possibilidade de maior abatimento de parte da pena.

É direito do preso o exercício de atividades profissionais, intelectuais e artísticas, desde que compatíveis com a sua execução da pena. Embora, tais pretensões, raramente, sejam acolhidas pelos estabelecimentos penais brasileiros (SANTOS, 1999).

Salienta-se que, atualmente, apesar de não está explícito em lei, muitos Estados brasileiros preveem a oferta da remição pela leitura, mediante a decisão de cada Vara de Execução Penal. Assim, independentemente de fazer valer a remição, o estudo é um direito inalienável das pessoas privadas de liberdade, conforme disposto na LEP:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1.º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

§ 2.º As atividades de estudo a que se refere o § 1.º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

A remição pela leitura foi um avanço significativo na política de execução penal, pois além de estimular o hábito da leitura entre os detentos favorece o abatimento na pena conforme for apresentando resenhas dos livros lidos.

¹⁵Disponível em:<http://www.justica.gov.br/seusdireitos/politicapenal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

Paradoxalmente, Maeyer (2006) adverte que o direito à educação não está entre as principais preocupações dos reclusos. “[...] provavelmente porque eles aprenderam a viver sem ela, porque para eles a escola quer dizer fracasso e frustração (p.21)”.

Cabe ressaltar a importância que o Estado de Pernambuco deu a educação em presídios ao assegurar na Lei Nº 15.755, de 4 de abril de 2016 ao instituir o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco:

Art. 75. O direito educacional, assegurado por leis nacionais e tratados internacionais, seguirá as disposições da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

§ 1º O ensino fundamental e médio será obrigatório, integrando-se ao sistema escolar estadual, em consonância com o regime de trabalho do estabelecimento penal e com as demais atividades sócio-educativas e culturais.

§ 2º O ensino profissionalizante poderá ser ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico, atendendo-se às características da população urbana e rural, de acordo com a localização da unidade prisional, segundo as aptidões individuais e a demanda do mercado.

§ 3º O ensino deverá se estender à pessoa privada de liberdade em regime disciplinar diferenciado, preservando sua condição carcerária e de isolamento em relação às demais pessoas privadas de liberdade, por intermédio de programa específico de ensino voltado para pessoas privadas de liberdade.

§ 4º O estabelecimento penal disporá de biblioteca para uso geral da pessoa privada de liberdade, provida de livros de literatura nacional e estrangeira; técnicos, inclusive jurídicos; didáticos e recreativos.

§ 5º O estabelecimento penal poderá, por meio dos órgãos competentes, promover convênios com órgãos ou entidades públicas ou particulares, visando à doação por estes entes de livros ou programas de bibliotecas volantes, para ampliação de seu acervo.

§ 6º O estabelecimento penal evitará manter em seu acervo livros, revistas e periódicos que façam apologia ao crime ou à droga, ou que desperte no indivíduo comportamentos de violência, racismo, terrorismo, preconceitos sexuais ou qualquer outra atitude contrária às normas sociais estabelecidas.

§ 7º Para consulta das pessoas privadas de liberdade, devem ser conservados na biblioteca exemplares desta Lei.

O objetivo de cada ente federado deveria ser o de criar condições para implementar políticas públicas que possibilitassem ao apenado de ter acesso ao sistema educacional.

Salientamos que o Pacto de São José da Costa Rica em seu artigo 26 preceitua que devem ser tomadas medidas a fim de se efetivar os direitos que decorrem das normas sobre educação que visem implementar conforme recursos disponíveis ações neste aspecto. (DECRETO N. 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992.)

3.1 Entendimento jurisprudencial e legislação penitenciária

Os princípios que fundamentam a proteção do direito do preso, humanidade, legalidade, jurisdicionalidade da execução penal, se respaldam no art. 24 da Constituição Federal Brasileira, que optou pela denominação de "Direito Penitenciário" eliminando outras denominações como "Direito da Execução Penal" ou "Direito Penal Executivo".

O Direito Penitenciário é o conjunto de normas jurídicas que disciplinam o tratamento dos sentenciados, é disciplina normativa. A construção sistemática do Direito Penitenciário deriva da unificação de normas do Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito do Trabalho e da contribuição das Ciências Criminológicas, sob os princípios de proteção do direito do preso, humanidade, legalidade, jurisdicionalidade da execução penal.

O apenado que não trabalha por não ter sido atribuído trabalho pelo estabelecimento penal tem direito à remição da pena:

Comprovando o preso em regime fechado ou semi-aberto que estava disposto ao trabalho mas que não foi atendido pela administração, por falta de condições materiais ou por desídia do responsável pela omissão, não há como negar o direito à remição pelos dias em que o condenado deveria ter desempenhado seu labor (MIRABETE, 2002, p. 487-488).

De acordo com o Recurso de agravo n. 70002690808, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, rel. Des. Sylvio Baptista Neto, j. em 16/08/2001. A remição pelo estudo foi se concretizando:

EXECUÇÃO. REMIÇÃO. ESTUDO. POSSIBILIDADE. É POSSÍVEL A REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO, POIS, SENDO INTERESSE SOCIAL A RECUPERAÇÃO DO PRESO, DEVE-SE BENEFICIAR TODO O SEU ESFORÇO NESTE SENTIDO. E, ASSIM, NÃO RESUMÍ-LO APENAS NO TRABALHO, PORQUE O ESTUDO, MUITAS VEZES, É O MELHOR CAMINHO DA RESSOCIALIZAÇÃO. DESTA FORMA, RECORRENDO A ANALOGIA, APLICA-SE A REMIÇÃO DE PENA PELO ESTUDO AS MESMAS NORMAS PREVISTAS NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL NA HIPÓTESE (MIRABETE, 2002, p. 487-488).

Através de um acordo tácito de interpretação da LEP, os juízes titulares das Varas de Execuções Penais de algumas regiões postula, que “conquanto a Lei de Execução Penal não exclui expressamente a possibilidade de remição pelo estudo e, considerando a finalidade maior do legislador no sentido de ‘recuperar’ o preso,

justifica-se reconhecer o direito do condenado de remir parte da pena pelo estudo” (SORCI, 2000, p.11). Vejamos:

REMIÇÃO PELO ESTUDO - TRABALHO INTELECTUAL QUE DEVE SER CONSIDERADO PARA O FIM DE REMIÇÃO DA PENA. O estudo é trabalho intelectual e como tal deve ser considerado para a remição, sendo que tal interpretação está consoante as finalidades da Lei de Execução Penal e o texto constitucional. Negado provimento. (Recurso de agravo n. 1.0000.00.349508-2/000(1), Tribunal de Justiça de Minas Gerais, rel. Desª Jane Silva, j. em 02/09/2003).

Neste contexto houve um significativo avanço em se aceitar a remição de parte da pena, através do estudo. Cabe ressaltar que, existe a Súmula 341/2007, do Superior Tribunal Justiça (STJ), que determinava ao judiciário aplicar a remição na execução da pena ao recluso quando este estuda (BRASIL, 2007b). Dessa forma, essa lei veio concretizar uma prática já existente no sistema judiciário.

Um dos exemplos da precariedade no sistema carcerário é a superlotação: É punida com a interdição do estabelecimento pelo Juiz da execução penal (art. 66, VIII da Lep); TJ-PR - Agravo de Instrumento AI 12913967 PR 1291396-7 (Acórdão) (TJ-PR). Data de publicação: 26/08/2015:

Ementa: que exige a interdição da cadeia pública quando estiver funcionando em condições inadequadas). Além disso, há a necessidade de se garantir a segurança dos funcionários da Cadeia Pública e da sociedade, pois a superlotação gera revoltas e insurgências, colocando em risco a população local. (TJPR - 5ª C.Cível - AI - 1291396-7 - São João do Ivaí - Rel.: Rogério Ribas - Unânime - - J. 11.08.2015)
Encontrado em: dos presos, e o art. 66, VIII, do mesmo diploma legal, que exige a interdição da cadeia pública... em regime fechado e semi- aberto que se encontram irregularmente detidos na Cadeia Pública local..., que exige a interdição da cadeia pública quando estiver funcionando em condições inadequadas).

Portanto, a Lei garante condições mínimas de dignidade para os apenados, mas infelizmente são poucas as decisões judiciais que interditam Unidades Prisionais sem nenhuma condição de funcionamento.

Em recente decisão por 7 votos a 3, o Plenário do Supremo Tribunal Federal definiu a responsabilidade civil do Estado¹⁶ decorrente da omissão pelas pessoas que mantêm presas. E se elas estão sem “condições mínimas de humanidade”,

¹⁶ CF/88. Art. 37, § 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

devem ser indenizadas, inclusive por danos morais. O Plenário do STF concluiu o julgamento da ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015. (ADPF-347):

O Plenário anotou que no sistema prisional brasileiro ocorreria violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica. As penas privativas de liberdade aplicadas nos presídios converter-se-iam em penas cruéis e desumanas. Nesse contexto, diversos dispositivos constitucionais (artigos 1º, III, 5º, III, XLVII, e, XLVIII, XLIX, LXXIV, e 6º), normas internacionais reconhecedoras dos direitos dos presos (o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes e a Convenção Americana de Direitos Humanos) e normas infraconstitucionais como a LEP e a LC 79/1994, que criara o Funpen, teriam sido transgredidas. Em relação ao Funpen, os recursos estariam sendo contingenciados pela União, o que impediria a formulação de novas políticas públicas ou a melhoria das existentes e contribuiria para o agravamento do quadro. Destacou que a forte violação dos direitos fundamentais dos presos repercutiria além das respectivas situações subjetivas e produziria mais violência contra a própria sociedade. Os cárceres brasileiros, além de não servirem à ressocialização dos presos, fomentariam o aumento da criminalidade, pois transformariam pequenos transgressores em “monstros do crime”. A prova da ineficiência do sistema como política de segurança pública estaria nas altas taxas de reincidência. E o reincidente passaria a cometer crimes ainda mais graves. Consignou que a situação seria assustadora: dentro dos presídios, violações sistemáticas de direitos humanos; fora deles, aumento da criminalidade e da insegurança social.

Conforme essa decisão do STF em garantir que o Estado ofereça condições mínimas no sistema carcerário para a reinserção social do apenado.

Segundo alterações da Lei de Execuções Penais, propostas pelo PLS 513/2013, que resultou de um anteprojeto elaborado por uma comissão especial de juristas e, como medida principal veda a acomodação de presos em número superior à capacidade do estabelecimento penal:

A chacina que resultou na morte de 56 detentos em um presídio de Manaus, capital do Amazonas, trouxe mais uma vez à tona os problemas do sistema prisional brasileiro como superlotação, violência, falta de infraestrutura e higiene e a atuação do crime organizado. Principal proposta de revisão e atualização da Lei de Execução Penal em trâmite no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 513/2013 apresenta uma série de medidas com o objetivo de enfrentar os problemas que assolam os presídios.

O PLS 513/2013 resultou de um anteprojeto elaborado por uma comissão especial de juristas e, como medida principal veda a acomodação de presos em número superior à capacidade do estabelecimento penal.

De acordo com a proposta, toda vez que o estabelecimento penal atingir a capacidade, deve ser instaurado mutirão para verificar a situação dos presos ali recolhidos. Se, ainda assim, a lotação não for normalizada, aquele que está mais próximo de cumprir a pena tem a liberdade antecipada

O projeto, que propõe 200 alterações à Lei de Execução Penal (Lei 7.210), de 1984, institui também a progressão automática de regime para presos com bom comportamento que tiverem cumprido ao menos 1/6 da pena no regime anterior.

O projeto também proíbe a permanência dos presos provisórios (não condenados) em penitenciárias e fixa o prazo de quatro anos para a extinção das carceragens em delegacias de polícia.¹⁷

Não se pode efetivar a assistência ao preso garantida pela LEP com prisões superlotadas sem nenhuma condições de higiene e celas escuras, que não propiciam até mesmo uma leitura de um simples livro didático. O mesmo, PLS 513/2013, que modifica o art. 17 da LEP para que assistência educacional ocorra tanto na educação básica como na educação profissionalizante do apenado. Garantindo a permanência na instituição escolar do cárcere em todos os níveis e modalidades educacionais.

3.2 Legislação Internacional e seu reflexo na educação

A Declaração Americana dos Direitos Humanos estabelece que a educação é um direito fundamental e gratuito pelo menos em nível fundamental:

Artigo XII - Toda pessoa tem direito à educação, que deve inspirar-se nos princípios de liberdade, moralidade e solidariedade humana. Tem, outrossim, direito a que, por meio dessa educação, lhe seja proporcionado o preparo para subsistir de uma maneira digna, para melhorar o seu nível de vida e para poder ser útil à sociedade. O direito à educação compreende o de igualdade de oportunidade em todos os casos, de acordo com os dons naturais, os méritos e o desejo de aproveitar os recursos que possam proporcionar a coletividade e o Estado. Toda pessoa tem o direito de que lhe seja ministrada gratuitamente, pelo menos, a instrução primária.

Através da educação é a forma de se concretizar outros direitos fundamentais básicos e uma vida mais digna que acaba melhorando o acesso aos meios materiais, beneficiando a coletividade.

As Regras de Tóquio apontam relação com organismos e atividades relevantes, quando estabelece:

22.1 Devem-se desenvolver mecanismos apropriados para os diversos níveis, de modo a fomentar a criação de vínculos entre serviços responsáveis por medidas não privativas de liberdade, outros setores do sistema de justiça criminal, desenvolvimento social e organismos do bem-estar, tanto governamentais quanto não governamentais, em áreas como saúde, moradia, educação e trabalho e os meios de comunicação.

¹⁷ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/01/05/projetos-alteram-lei-de-execucao-penal-para-solucionar-problemas-dos-presidios/tablet>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

No Brasil, ações desencadeadas na esfera das execuções penais, dotadas de natureza inclusiva, ainda não alcançaram o desejado protagonismo entre as estratégias de Governo para o desenvolvimento de uma justiça penal com mais medidas alternativas a pena de prisão.

Acerca dos estabelecimentos prisionais, de acordo com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, Art. 3º - A oferta de educação no contexto prisional deve:

- I – atender aos eixos pactuados quando da realização do Seminário Nacional pela Educação nas Prisões (2006), quais sejam: a) gestão, articulação e mobilização; b) formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta de educação na prisão; e c) aspectos pedagógicos;
- II – resultar do processo de mobilização, articulação e gestão dos Ministérios da Educação e Justiça, dos gestores estaduais e distritais da Educação e da Administração Penitenciária, dos Municípios e da sociedade civil;
- III – ser contemplada com as devidas oportunidades de financiamento junto aos órgãos estaduais e federais;
- IV – estar associada às ações de fomento à leitura e a implementação ou recuperação de bibliotecas para atender à população carcerária e aos profissionais que trabalham nos estabelecimentos penais; e
- V – promover, sempre que possível, o envolvimento da comunidade e dos familiares do(a)s preso(a)s e internado(a)s e prever atendimento diferenciado para contemplar as especificidades de cada regime, atentando-se para as questões de inclusão, acessibilidade, gênero, etnia, credo, idade e outras correlatas.¹⁸

A educação é um direito do preso e não um privilégio, assegurado pela Lei de Execução Penal, contudo ainda persiste no Brasil um histórico de desrespeito pelas leis e pelos direitos de seus cidadãos.

A educação na prisão também é um direito de todos, e afeta milhões de pessoas no mundo. Entretanto, isso não parece ser uma realidade dentro da comunidade internacional de educação, mesmo quando muitas iniciativas são tomadas nos níveis local e nacional. Quem, normalmente, luta pelo desenvolvimento de atividades profissionais dentro das instituições penais são organizações não governamentais e alguns governos, conforme Maeyer (2006). Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos/ONU:

Art. 26 “Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

¹⁸ Resolução Nº- 03, de 11 de março de 2009.

A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz”.

Vale ressaltar que o acesso a educação como preceitua a Declaração Universal dos Direitos Humanos, não é facultada aos Estados, mas obrigação e portanto deve ser oferecida em larga escala a todos os seus cidadãos indistintamente.

As regras Mínimas da Organização das Nações Unidas para o Tratamento de Recluso ou Regras de Mandela, diploma que a LEP completa e defende, assinala que:

N. 77-1: Serão tomadas medidas no sentido de melhorar a educação de todos os presos que daí tirem proveitos, incluindo instrução religiosa nos países em que tal for possível. A educação de analfabetos e presos jovens será obrigatória, prestando-lhe a administração especial atenção.
n. 77-2: Tanto quanto for possível, a educação dos presos estará integrada no sistema educacional do país, para que depois da sua libertação possam continuar, sem dificuldades, a sua educação.

Ressalta-se que as Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas assinala que a instrução aos analfabetos e aos condenados jovens seja obrigatória, de modo que a ação educativa deverá coordenar-se, enquanto possível, com o sistema de instrução pública, a fim de que os reclusos, aos serem postos em liberdade, possam continuar sem dificuldade sua preparação (MIRABETE, 2000).

Todavia, a questão da educação como “programa de ressocialização” na política pública da execução penal é um assunto ainda em discussão, sendo que poucos são os Estados brasileiros que vêm reconhecendo a sua importância no contexto político da prática carcerária.

3.3 A EJA no sistema prisional brasileiro

O preceito constitucional da educação como direito público subjetivo é também um dos princípios orientadores da Lei 13.005/14, que institui o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), onde se definem metas educacionais para o Brasil a serem atingidas até 2024.

No que concerne especificamente à educação no cárcere, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução 2/10, (BRASIL, 2010), estabelece as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Nessas diretrizes, é possível entender que o CNE enfatiza o diálogo entre a legislação penal, tratados internacionais referentes à garantia do direito de todos a educação, como vemos a seguir:

As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança (BRASIL, 2010, art. 2º).

Refletir que a educação é a solução de todos os problemas encontrados no sistema carcerário é tentar disfarçar a realidade de desigualdade e exclusão do nosso país. Por outro lado é importante pensar sobre o papel da inclusão educacional deste sistema. O enfrentamento seria necessariamente compreender a educação como um direito e que a prisão está conectada ao castigo.

Assim, o que acontece fora dos muros das prisões reflete diretamente no andamento da assistência educacional intramuros prisional, sendo que a situação da EJA no Brasil segundo a Constituição Brasileira a educação é assegurada a todos os indivíduos e não privilégio dos privados de liberdade que tem o direito de favorecer-se com as políticas oficiais para a Educação de Jovens e Adultos, modalidade de ensino que melhor acata a realidade dos sujeitos das prisões.

Hoje, a sociedade acompanha apreensiva a instabilidade do sistema carcerário brasileiro, pois são inúmeros os relatos rebeliões, violências, fugas, as denúncias de superlotação e maus tratos. Então, discutir educação nas prisões é antes abranger que existe um sistema maior que regula e controla a vida do preso impondo limites até mesmo aos seus direitos.

Embora o arcabouço legal privilegie o papel da educação para a população carcerária, especialmente tendo em conta o caráter ressocializador da pena, e não apenas punitivo, a realidade nos presídios brasileiros está bem distante do que diz a lei. Infelizmente, o reconhecimento legal não tem sido acompanhado de medidas efetivas para garantir a oferta sistemática de

oportunidades educacionais nesses estabelecimentos (SANTIAGO E BRITO, 2006, p.301).

A escola pode tornar um espaço improdutivo em relação a esse fato, principalmente porque não faz parte da dinâmica da prisão: ela está deslocada da proposta política e de garantia das instituições penais. Note-se que o sistema penitenciário não acaba na muralha do presídio. A fronteira visível e palpável, símbolo da repressão e da autoridade do Estado, perdeu a condição de limite dos indivíduos os quais ali estão confinados, um certo desleixo caracterizou um passado recente e foi fruto justamente desta concepção errônea, onde achavam que pelo fato do condenado estar em uma penitenciária o problema estaria resolvido, por tal razão se deixou de investir na renovação e na evolução do sistema prisional (OLIVEIRA, 2002)

Conforme as legislações vigentes (Constituição Federal, LDB, LEP), todos os estabelecimentos penais são obrigados a assegurar a educação gratuita a todos os internos. De acordo com a LDB, a EJA é proposta àqueles que não tiveram ingresso ou seguimento de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, é assegurada ainda chances educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho. A Declaração de Hamburgo, resultado da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – CONFINTEA, afirma que a EJA:

Engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas "adultas" pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade (CONFINTEA V. apud ROMÃO; GADOTTI, 2007, p. 128).

A mobilização para discussões estão sendo promovidas em torno da educação como um direito. Quando se pensa em uma unidade prisional, vislumbra-se, a priori, a privação de liberdade, deixando a assistência educacional afastada do sistema carcerário, o qual se torna alvo de críticas, principalmente pela sociedade, que veem os detentos como verdadeiros animais. Mas, temos a Lei 7.210/84 (LEP), que assegura não só a assistência educacional, mas outros direitos também que nunca foram efetivados. O que acontece na EJA nas prisões é um reflexo do que acontece com a EJA fora dos seus muros.

Com base nos dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN - MJ), pessoas analfabetas, alfabetizadas informalmente mais aquelas que têm até o ensino fundamental completo representam 75,08% da população prisional, contra 24,92% de pessoas com ensino médio completo ou incompleto, ensino superior completo ou incompleto e acima de ensino superior incompleto.

Segundo dados apresentados pelo IBGE no Censo Populacional de 2010, entre as pessoas com mais de 10 anos de idade no Brasil, 32% tem ensino médio completo, enquanto na população prisional em dezembro de 2014 apenas 9,54% havia concluído o ensino médio.

Este cenário representa a pouca visibilidade que tem a escola dentro do sistema prisional. Não se sabe ao certo o que acontece dentro das instituições prisionais, mas os números denunciam. De acordo com Teixeira (2007):

O princípio fundamental que deve ser preservado e enfatizado é que a educação no sistema penitenciário não pode ser entendida como privilégio, benefício ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de um bom comportamento. Educação é direito previsto na legislação brasileira. A pena de prisão é definida como sendo um recolhimento temporário suficiente ao preparo do indivíduo ao convívio social e não implica a perda de todos os direitos (p.15).

As Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais (Resolução nº02/2010 CNE) homologada em 07 de maio de 2010 também enfatiza a educação como um direito do preso e que não pode ficar emperrada nas questões burocráticas das instituições penais e no desconhecimento e despreparo dos profissionais que atuam nas prisões, quando afirma:

O direito à educação (que deve ser garantido) é visto e tratado como um benefício e até um privilégio. Inclusive muitos trabalhadores penitenciários acreditam que qualquer ação positiva para os presos significa premiar o comportamento criminoso. Em tal contexto pode-se observar duas lógicas opostas: a da educação que busca a emancipação e a promoção da pessoa e a da segurança que visa a manter a ordem e a disciplina por meio de um controle totalitário e violento subjugando os presos. São procedimentos nada educativos. A natureza do estabelecimento penal, como funciona hoje, é hegemonicamente mais punição do que recuperação do apenado. Em tal ambiente de pouco espaço para o exercício da individualidade e da reflexão, a educação fica minimizada em seu potencial recuperação das pessoas encarceradas. Além disso, dificulta a prática educativa (Conselho Nacional de Educação, 2010, p.5).

Na elaboração de políticas públicas, a capacidade de um governo ouvir e promover o debate e a participação no processo de tomada de decisões não é sempre a característica mais marcante. Nessa relação de forças, a sociedade civil exerce um papel fundamental na medida em que pressiona a poder público em busca de soluções para o caos do Sistema Prisional Brasileiro.

Em nível pedagógico, tanto a EJA quanto a educação em prisões sofrem da falta de projetos e pessoal próprios – projetos político-pedagógicos e educadores com uma formação específica para trabalhar com o público jovem e adulto e o público encarcerado. Cobra-se da universidade uma ação específica voltada para a formação de educadores e gestores e para o desenvolvimento de pesquisa sobre as diversas dimensões da ação educativa. A exclusão social do preso e do educando da EJA confronta a educação pública, pois as barreiras sociais impostas têm esvaziado as salas de aulas dentro e fora das prisões. Haddad (2007) contribui afirmando que:

Nos casos em que a igualdade de acesso não é suficiente para garantir oportunidades escolares a todas as pessoas, o Estado deve intervir com políticas de inclusão em defesa dos grupos mais vulneráveis. Sabe-se que a falta destas políticas afeta principalmente as pessoas que historicamente foram excluídas do sistema, como negros, idosos, mulheres e camponeses, gerando situações de iniquidades no que diz respeito ao acesso e à permanência no sistema educacional (HADDAD, 2007, p.7).

As escolas, incluso e fora da prisão, que recebem jovens e adultos devem compreender a diversidade de seus sujeitos e adotar medidas que atendam essa realidade. Sejam através de horários das aulas, material didático, suas medidas devem estimular a permanência do educando a permanecer sua trajetória escolar e de aprendizagem.

É possível asseverar que, com base histórica no sistema penitenciário brasileiro, a prisão não vem favorecendo a ressocialização. Com isso, é preciso pensar, ao menos, na necessidade de se desenvolver programas educacionais dentro do sistema. Em virtude do descaso do Estado, o preso ao ser encarcerado em uma Unidade Prisional passa a ser visto perante a sociedade como um marginal contraindo atitudes e desenvolvendo tendência delituosa. Mesmo diante das dificuldades, a EJA tem sido implementada nos sistemas prisionais, porém a sua sustentação e desenvolvimento dependem de medidas que mexam com a dinâmica da prisão para a construção de políticas públicas que melhorem a vida do detento.

É um desafio, para os operadores da lei, otimizar as verbas da educação; definir uma política educacional coerente e de longo prazo e mantê-la durante diferentes governos, mas é necessário a participação da sociedade nesse processo, todavia o Documento Base Nacional preparatório à VI CONFINTEA destaca:

A tutela do Estado em relação a internos penitenciários tem sido um aspecto muito questionado pela sociedade, quanto ao custo de manutenção de sujeitos privados de liberdade, por um lado, e pelas condições indignas de vida a que estes são submetidos, como uma “pena” complementar à condenação da justiça, por outro. A responsabilidade constitucional do Estado com a educação para todos não exclui ninguém, nem internos penitenciários, e especialmente estes, privados de escolhas, porque mantidos em cárcere (MEC, 2008, p.16).

A educação é um direito e dever do Estado e junto com a sociedade civil devem garantir o acesso de todos aos serviços essenciais independente da condição social do indivíduo. Ainda, historicamente, observa-se que no sistema penitenciário brasileiro, o apenado após o cumprimento da pena ou com sua progressão de regime, ou até mesmo com o livramento condicional, sai das unidades prisionais sem emprego, muitas vezes sem família, sem dignidade, e isso se torna um ciclo vicioso, no qual o egresso não tem a menor chance de reinserção social. Logo se verifica que durante o cumprimento da pena ou porque não dizer do fracasso da pena privativa de liberdade, não se consegue reabilitar ninguém, servindo apenas para reforçar os valores negativos do apenado.

Uma das razões para essa precariedade no sistema prisional brasileiro não repousa na falta de recursos, uma vez que a União dispõe do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, instituído em 1994 pela Lei Complementar Nº 79, o objetivo é unicamente proporcionar meios para custear e modernizar o sistema carcerário.

Esse Fundo é formado por verbas oriundas das dotações orçamentárias da União, custas judiciais recolhidas em favor da mesma, arrecadação dos concursos de loterias, recursos confiscados ou provenientes da alienação dos bens perdidos em favor da União Federal, multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado, fianças quebradas ou perdidas e rendimentos decorrentes da aplicação de seu patrimônio.

Em um julgado do Recurso Extraordinário, o Ministro do STF Ricardo Lewandowski destacou que o Fundo Penitenciário Nacional dispõe de montante aproximado de R\$ 2,3 bilhões e, para usá-los, basta que os entes federados

apresentem projetos e firmem convênios para realizar obras. Disse o ministro no Julgamento do RE 592.581:

Causa perplexidade que o referido Fundo tenha arrecadado, até junho de 2015, a considerável importância de R\$ 2.324.710.885,64 (dois bilhões trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e dez mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos). E mais, saber que basta aos entes federados, para acessar essas verbas, que celebrem convênios com a União para executar projetos por eles mesmos elaborados e submetidos ao DEPEN.¹⁹

Ainda nesse julgamento, o STF reconheceu que o flagelo que ocorrem nos presídios advém de fato dos contingenciamentos que passam essas verbas do FUNPEN, prática que desponta flagrante inconstitucionalidade ao desrespeitar o princípio da dignidade humana.

Esse dismantelamento também causa insegurança jurídica ao elevar as penas a patamares superiores à privação de liberdades. Além disso, há recursos públicos cuja destinação está ocorrendo de forma diversa da finalidade. Há elementos jurídicos suficientes para que as ingerências na destinação do FUNPEN sejam investigados.

Perante essa situação de violação constitucional, o próprio Lewandowski disse ser primordial à intervenção do Poder judiciário nessa questão. Os gestores negligentes precisam ser forçados a proceder às modernizações necessárias no setor prisional brasileiro sob pena de responsabilização civil e criminal dos entes federados.

¹⁹ Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10166964>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

4 INCONFORMIDADE ENTRE A LEI E A REALIDADE PRISIONAL

A Assistência Educacional pode contribuir com a reinserção social dos presos. Entretanto, não será qualquer proposta educacional que trará benefícios reais, visto que o ensino no sistema penitenciário tem sido ofertado como se fosse uma escola regular, com o objetivo de alfabetizar e diplomar os alunos presos (SERRADO JÚNIOR, 2009).

Ao se assegurar o direito constitucional à educação, isso não gera de modo automático a reinserção do aluno preso no mercado de trabalho. Desse modo, é preciso compreender a Educação como processo de formação, que aproxima o apenado do seu potencial enquanto indivíduo. Por isso, deste ponto inicial, pode-se aproximar de uma educação reflexiva e restauradora da potencialidade como ser humano.

A educação em prisões deveria ser utilizada na construção de cidadãos integrados na cadeia produtiva da sociedade. Mais estudo e trabalho de qualidade gera menor reincidência nas prisões brasileiras.

O apenado chega na unidade prisional despreparado para permanecer-lo inserido e sai dela despreparado para viver no âmbito social.

Efetivamente, jamais o sistema carcerário notou que poderia preparar o sentenciado para sua duração na unidade prisional. Ao oposto, o que acontece, de regra, é que antes de ser condenado ele faz um “estágio” nas delegacias regionais de polícia ou nas cadeias públicas, onde a qualidade de vida são muito piores do que aquelas encontradas nas penitenciárias destinadas aos sentenciados. Também nunca se ouviu dizer que as prisões tenham se preocupado com a adaptação dos seus presos à vida carcerária.

A pessoa que é dirigida para a prisão, por força do rotulação criminosa de que foi alvo, passa a viver totalmente afastada da sociedade, longe de tudo e de todos, exceto dos companheiros de infortúnio, das mais variadas espécies.

Ora, se a prisão é uma espécie de escola, onde o Estado pretende ensinar e capacitar os presos à vida em sociedade, devia-lhes oportunizar condições e ambiente propícios a essa educação. Preocupar-se, primeiro, com o presente, o objetivando preparar o futuro desejado.

Feito isso, deve preparar os apenados, nivelando-os, ou ao menos aproximando-os aos homens livres, com quem passarão a conviver na sociedade, após cumprido o estágio prisional. Desse modo, no momento em que:

O sistema educacional se expande, o sistema ocupacional pode se permitir tornar-se “seletivo” em suas relações de demanda e elevar os seus critérios de aceitação para tarefas que se tornaram mais exigentes sem precisar confortar-se com preços mais altos que devam ser pagos à força de trabalho (OFFE, 1990, p.18).

Infelizmente, os cursos e treinamentos ministrados nos estabelecimentos penais não são adequados às necessidades dos apenados, especialmente para seu ingresso no seletivo e exigente mercado de trabalho. Ou são totalmente inadequados ou, quando não trata-se de habilitações muito limitadas, de escasso campo de trabalho ou, então, e muita concorrência.

Assim, despreparado profissionalmente e estigmatizado, não encontra emprego. Retorna às práticas rotuladas como delitivas, é facilmente preso novamente, pois o ato praticado está entre aqueles etiquetados pelo sistema penal e ele enquadra-se dentre os selecionados pelo mesmo sistema. Retorna à prisão e acaba aumentando o índice de reincidência.

No campo educacional, igualmente, não há maior preocupação com os presos por parte do poder público. E, atente-se para o fato de que a prisão é um local adequado para a instrução escolar. Há, principalmente, muito tempo dispensável e muita clientela que necessita aprender.

O termo “Reintegração Social” é mais apropriado que “Ressocialização” por ser uma visão mais atualizada. Para tanto o indivíduo deve estar incluído na cadeia produtiva. O ambiente prisional deveria criar condições de junto com sua família, ter recuperada sua autoestima proporcionar horizontes e promover ações para evitar a reincidência no crime (KLOSS, 2003).

Diante da crise de “Welfare State”, o chamado (estado de bem-estar social), que se espalhou em todo mundo ocidental a partir dos anos 70 e 80 do século XX, o mundo vem buscando teorias ou conceitos acadêmicos ou jurídicos para um posicionamento diante a possível política prisional, que possa servir de parâmetro para os apenados serem inseridos novamente na sociedade. Todavia é bom lembrar que os mesmos nunca deixaram de estar presentes na sociedade, mesmo vivendo a margem fora dela e de uma cultura cotidiana de ordem e de trabalho, eles sempre

estiveram presentes, e não poderia ser diferentes pois os mesmos não vieram de um outro planeta, são frutos e atores sociais desta “sociedade moderna” e perfeitamente “equacionada” em suas questões sociais, por isto que o conceito de ressocialização não abrange toda sistemática envolvida na questão prisional, um conceito mais amplo em nosso entendimento é um conceito de reintegração social, onde a sociedade assume a sua porção de responsabilidade, uma responsabilidade social de encarar os problemas e mazelas do sistema prisional de frente, e não apenas encará-los como uma dicotomia do “bem versus o mal”, estabelecendo um conjunto de práticas que possam levar a montagem de um projeto real de construção social.

Para Foucault (2000, p.20), “as prisões não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar a sua periculosidade, a modificar as suas disposições criminosas”. Observando que “ressocializar” ou “neutralizar”, indivíduos encarcerados tornou-se uma missão extremamente negativa, por não conseguir seu êxito pleno daí a necessidade de reintegra-los, buscando valores adormecidos em um contexto de violência, e mostrar que mesmo diante das muralhas e das grades de ferro, existem alternativas de reintegração social. A educação é um dos elementos possíveis diante desta situação voltada para o resgate social e profissional, e para aqueles que estão vislumbrando essas alternativas optarem em ter a chance de escolha entre um novo caminhar de edificação social, ou permanência em um submundo de violência e degradação social.

Outrossim, a Lei de Execução Penal, apresenta as garantias indispensáveis para a conservação das pessoas no sistema carcerário, entre elas (garantias) são apresentadas as qualidades do ambiente, bem como adequação, a separação do cumprimento da pena, os tipos de assistência, direitos e deveres dentre outros dispositivos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou em seu art. 5º a proteção dos direitos e garantias fundamentais, sobretudo garantindo o respeito à integridade física e moral. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, recepcionada pela CRFB-88, ampliam os direitos e garantias mencionados no art. 5º. O assunto está em voga hoje e com isso se sente a importância deste para os indivíduos que estão aprisionados como também para a sociedade, além de perceber-se o desinteresse das autoridades em busca de tentar reverter à situação.

A falta de políticas públicas e o descaso com as normas já existentes fazem com que a reintegração se faça cada dia mais longínqua do que se necessita; pertinente se faz uma reavaliação do que se tem e do que se precisa, e mais do que ficar no papel é necessário dar sentido prático às propostas que existem em relação a essa recuperação e as que já estão sendo discutidas no âmbito do Poder Legislativo. Segundo o autor Maeyer (2006):

O direito à educação deve ser exercido sob algumas condições: não pode ser considerado como sinônimo de formação profissional, tampouco usado como ferramenta de reabilitação social. É ferramenta democrática de progresso, não mercadoria. A educação deve ser aberta, multidisciplinar e contribuir para o desenvolvimento da comunidade (p.22).

Por isto a tentativa da construção de uma atividade social transformadora sem preconceito de ideias ou opiniões, onde teoria e prática educacional seriam levadas em conta para proporcionar mecanismos capazes de inserir o preso no cotidiano do trabalho social, da cultura e dos valores sociais a eles contribuídos. Que enquanto presos estes indivíduos nunca estiveram fora da sociedade, vivendo nas margens da lei em um universo social violento e excludente. Diferenciado e distanciado dos bens de produção. O desafio maior a reintegração social, de valores e conquistas perdidas ao longo de suas histórias de vida.

4.1 Situação atual e informações adicionais da estrutura prisional da Paraíba

Que a situação carcerária não é a desejada, que está sucateada, que faltam recursos não é nenhuma novidade para ninguém. É o que revelam os números da última Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) desta catástrofe em andamento. Segundo a CPI do Sistema Carcerário de 2009, Foi relatado na página 187, a situação do Estado da Paraíba que na época abrigava 8.858 presos para 4.186 vagas, com um déficit de 4.672. A superlotação de mais de 100%. Há 143 agentes com salário inicial de R\$ 1.213,03, incumbidos da vigilância e segurança da população carcerária. O Estado é dividido em 223 municípios, com 85 comarcas. Conta com 246 Juízes (com salário inicial de R\$ 16.000,00), 208 Promotores (com salário inicial de R\$ 15.027,47) e 342 Defensores Públicos (cujo salário inicial é de R\$ 3.450,00). A Capital dispõe de 1 Vara de Execuções Penais. Vale salientar que a Paraíba até hoje não conta com um Código Penitenciário que regulamente os

procedimentos e as rotinas dentro das unidades prisionais, necessários para garantir os direitos dos internos no âmbito estadual.²⁰

Para que quaisquer programas de assistência educacional nas penitenciárias tenham seu efeito positivo, será importante que cada pessoa presa seja reconhecida, tanto quanto possível, como um indivíduo. Não basta esperar que todos os presos recebam capacitação ou desenvolvimento semelhante; isso não será nem eficiente nem eficaz. Alguns presos serão analfabetos, ao passo que outros poderão ter sido professores antes de serem presos. Alguns apenados terão chegado à prisão vindos de uma vida nas ruas; outros poderão vir de uma formação familiar forte, com perspectivas de trabalho após a soltura. Portanto, quando forem organizadas atividades de reabilitação e quando os presos forem alocados para tais atividades, a história do preso será um importante fator de decisão.

De acordo com dados do DEPEN, no estado da Paraíba, existem 9.040 apenados e possuía 5.600 vagas em 15 de janeiro de 2014. Importante destacar que, segundo informação do Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP, existem cerca de 13.682 mandados de prisão em aberto no Estado da Paraíba.²¹ Se todos os mandados forem executados nossa população carcerária pularia para 21.554 prisioneiros acarretando um colapso nas penitenciárias. O grande desafio é de reintegrar esta massa de egressos na cadeia produtiva da sociedade e evitar a reincidência e retorno ao cárcere.

Na regra 104, das Regras de Mandela encontramos as diretrizes para a instrução religiosa como forma de promover a educação do apenado:

1. Instrumentos devem ser criados para promover a educação de todos os presos que possam se beneficiar disso, incluindo instrução religiosa, em países onde isso é possível. A educação de analfabetos e jovens presos deve ser compulsória, e a administração prisional deve destinar atenção especial a isso.
2. Na medida do possível, a educação dos presos deve ser integrada ao sistema educacional do país, para que após sua liberação eles possam continuar seus estudos sem maiores dificuldades.

Quanto à religião – o direito à liberdade de crença religiosa e de observar os requisitos da religião é um direito humano universal e se aplica a todas as pessoas presas, bem como às pessoas livres. O sistema prisional brasileiro inclui em seu regulamento o direito de representantes religiosos visitarem as prisões

²⁰ Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2701>>. Acesso em: 24 set. 2017.

²¹ Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/bnmp/#/pesquisar>>. Acesso em: 24 set. 2017.

regularmente para se reunirem com as pessoas presas. Nos Presídios da capital não é diferente, pois há legalmente a conhecida “pastoral carcerária”, a qual tem livre acesso em todas as unidades prisionais do Estado da Paraíba.

Como solução para o caos nos presídios os órgãos de execução penal têm apostado na educação como forma para reintegração. Como exemplo dos projetos aplicados em todo o Brasil, mas especialmente o programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA Prisional tem se mostrado uma alternativa. Os programas federais empregados são principalmente o EJA - Fazendo Escola e o Brasil Alfabetizado. O reforço para a educação é feito pelos programas profissionalizantes do Programa de Capacitação Profissional - PROCAP e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC (SOARES, 2002).

Com estas iniciativas trabalha-se com a instrução e formação dos apenados como forma de prevenir a reincidência e o consequente retorno as celas das prisões. Se tomarmos como base a Lei de Execuções Penais, veremos que existe um hiato entre aquilo que existe e aquilo deveria ser. Não há acomodações adequadas para o apenados, não há higiene adequada nos pavilhões, não há colchões, padronização nos procedimento, não há segurança no banho de sol para os apenados, celas insuficientes e o serviço médico e odontológico não chegam a todos. Na Paraíba existe uma epidemia de tuberculose dentro dos pavilhões.²²

A quantidade de apenados que já deveriam estar com seu regime progredido é grande. A justiça não está acompanhando a quantidade de prisões o que abarrotas as penitenciárias. Esta superlotação acarreta uma pressão dentro das unidades penais que culminam em rebeliões violentas. O Brasil é o quarto país com maior taxa de encarceramento do mundo em números absolutos segundo o DEPEN. O fato interessante nesta estatística é que no período de 1992 a 2014 apenas o Brasil apresenta crescimento ao contrário dos demais. O Estado da Paraíba acompanha e reforça esta estatística.²³

Como resultado de uma taxa de encarceramento crescente, baixo índice de excelência do judiciário, resultando no dobro da capacidade de apenados nas unidades prisionais do estado. Sem lugar para pôr tanta gente é necessário criar

²² Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/upload/documento/50/tuberculose-no-sistema-penitenciario-2005-jorge-meireles-amarante-medico-consultor-unescosvs-%5B50-240909-SES-MT%5D.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

²³ Disponível em: <<http://carceraria.org.br/com-41-de-presos-provisorios-superlotacao-e-regra-nas-prisoas-da-paraiba.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

vagas. Não necessariamente criar novas prisões. Penitenciárias superlotadas, falta de equipamentos necessários a uma revista de pessoal e material adequados, falta de políticas que efetive a reintegração e humanização dos procedimentos no cárcere e a impessoalização da pena gera um caldo tóxico e explosivo para ser contido pelo Agente de Segurança Penitenciário. Afinal este profissional da segurança pública está no fim da cadeia do judiciário.

Saber quem é o preso, qual a sua periculosidade, qual sua influência, quais suas ligações, em que unidades podem ser encarceradas são informações, que se corretamente tratadas, evitam o crescimento do crime e a reincidência dos apenados. Mas infelizmente os dados sobre o Sistema Prisional Brasileiro não são atualizados e poucos confiáveis, pois não existe computador para trabalhar na grande maioria das cadeias espalhadas pelo país.

Atualmente em uma unidade prisional, localizada na cidade de João Pessoa na Paraíba, desenvolve-se, envolvendo a Secretaria de Estado da Educação – SEE, Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP, Vara das Execuções Penais – VEP e a sociedade civil organizada representada pelo conselho da comunidade, um projeto de implantação de uma escola própria dentro do sistema prisional, acompanhada e alimentada pela SEE - Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba:

DECRETO Nº 36.907 DE 15 DE SETEMBRO DE 2016.

Cria a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Graciliano Ramos, localizada em João Pessoa, neste Estado, com oferta de Ensino Fundamental e Ensino Médio, voltada para a Educação de Jovens e Adultos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e na Lei nº 9.537, de 30 de novembro de 2011, e,

Considerando o compromisso do Governo do Estado de implementar políticas de melhoria da qualidade do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos e da oferta de formação profissional aos estudantes da Rede Pública Estadual, em consonância com a Lei nº 10.488, de 23 de junho de 2015, e Lei nº 9.537, de 30 de novembro de 2011;

Considerando a Resolução nº 30/2016 do Conselho Estadual de Educação - CEE, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Educação - SEE; Considerando a importância da Educação para o avanço da efetivação dos direitos humanos e especificidades da Educação em Prisões,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criada a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Graciliano Ramos, localizada na Penitenciária Desembargador Silvio Porto, Rua Projetada, s/n, João Pessoa, Estado da Paraíba – CEP 58.330-000, para atender ao público de jovens e adultos do sistema prisional do Estado.

Art. 2º A oferta de educação básica, destinada aos privados de liberdade e em regime semiaberto, poderá ser desenvolvida nas etapas do ensino fundamental e médio, sob a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em seus diversos ciclos, conforme Resolução nº 030/2016 CEE/SEE.

Art. 3º As etapas e modalidades ofertadas deverão seguir os objetivos e definições contidos nas Diretrizes Operacionais Nacionais de Educação de Jovens e Adultos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação e normas do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 4º A Escola poderá funcionar como unidade remota para a oferta de cursos de Educação Técnica de Nível Médio e Qualificação Profissional.

§ 1º Poderão ser ofertados Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio e Cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, voltados aos jovens e adultos privados de liberdade e em regime semiaberto.

§ 2º Os cursos de Qualificação Profissional adotarão nomenclatura, carga horária e perfil descritivo apresentados no guia PRONATEC de cursos FIC.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 15 de setembro de 2016; 128º da Proclamação da República.²⁴

Em tal projeto intenciona-se ampliar o espaço para educação e proporcionar ao máximo de apenados a formação necessária para serem absorvidos pelo mercado de trabalho e cadeia produtiva da sociedade. Mas infelizmente este projeto desde a data de sua publicação não saiu do papel. Os reclusos, embora privados de liberdade, mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais, como é o caso da integridade física, psicológica e moral. O acesso ao direito à educação lhe deve ser assegurado universalmente na perspectiva acima delineada e em respeito às normas que o asseguram.

4.2 Principais problemas enfrentados nas unidades prisionais

O Estado sem dúvidas investe pouco na educação para os apenados. O que é mais grave se considerarmos que, nos direitos sociais, a educação é o que abre as portas para os outros direitos.

No combate a violência observamos que a pobreza não é o verdadeiro problema, mas sim a desigualdade socioeconômica. Por isso, um investimento maior no conjunto dos direitos sociais, aliados à educação, poderiam diminuir a despesa com segurança. É quase unânime a opinião de que o ambiente carcerário não permite realizar nenhum trabalho ressocializador sobre a pessoa do condenado. A maioria daqueles que cumpre pena e que, através de uma

²⁴ Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/09/Diario-Oficial-16-09-2016.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

possibilidade legal, adquirem o direito de voltar ao convívio social, acaba não permanecendo nele por muito tempo, pois sem terem muitas alternativas, pelo fato de não encontrar trabalho que garanta o seu sustento e o de sua família, e pela discriminação de não ser aceito pelos demais membros da sociedade, acaba retornando ao mundo do crime.

Conforme foi acrescentado a LEP temos a lei 13.163, de 09 de setembro de 2015, que entre outras disposições da ênfase na educação profissional de nível médio:

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas.

Art. 21-A. O censo penitenciário deverá apurar:

I - o nível de escolaridade dos presos e das presas;

II - a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos;

III - a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos;

IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo;

V - outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas.

No que diz respeito ao censo penitenciário não há dados disponíveis atualmente na Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba (SEAP), no que diz respeito ao grau de escolaridade dos presos e às presas, pois a maioria das cadeias públicas não contam sequer com internet.

Segundo os dados da gerência executiva da educação de jovens e adultos da SEAP, o número de alunos privados de liberdade matriculados por unidades e níveis de ensino no ano letivo 2015 no Estado da Paraíba tem um total de 2.007 alunos em 41 Unidades Prisionais que ofertam educação dentro delas, distribuídos nos 35

municípios atendidos nos níveis: alfabetização; ensino fundamental (anos iniciais e finais); Projovem; ensino médio completo e ensino superior.²⁵

Segundo Ata firmada com a Vara de Execuções Penais da Capital a remição pela leitura na forma disciplinada nos artigos 586 e seguintes do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba²⁶ e na recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, sendo explicitado que a seleção dos presos e orientação das atividades serão feitas por uma comissão instituída em cada Unidade Prisional. A Ata foi firmada em 14/02/2016, cada participante recebe um exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, de acordo com as obras disponíveis na unidade podendo participar em regimes fechado, semiaberto aberto ou aberto da unidade que tenham as competências de leitura e escrita.²⁷

No prazo de 12 meses, terá a possibilidade de remir até 48 dias de sua pena, sendo o resultado da análise feita pela comissão e enviada ao Juízo da Vara das Execuções Penais (VEP) por ofício, instruído com a resenha, a declaração de sua fidedignidade, o atestado de arguição oral e o atestado de tempo de leitura. O Juízo da VEP, após a oitiva do Ministério Público e da defesa, decidirá sobre o aproveitamento do participante e a correspondente remição.

Os detentos da Cadeia Pública de Princesa Isabel, Sertão da Paraíba, vão ter quatro dias de pena reduzidos para cada livro lido em 30 dias, de acordo com o juiz da 1ª Vara Mista da Comarca de Princesa Isabel, Pedro Davi Alves de Vasconcelos. A decisão foi tomada na quinta-feira (20) e determina que no final do período uma resenha crítica seja apresentada para que a pena seja reduzida.

Segundo o juiz, a medida vinha sendo cobrada pelos detentos desde que ele assumiu a vara. Pedro Davi Vasconcelos acredita que “além de se tratar de uma valiosa possibilidade de diminuição do tempo de cumprimento da sanção, consiste num inestimável estímulo ao crescimento pessoal do participante”.

A decisão teve apoio das professoras do ensino municipal e estadual Dulcinéia Silva e Déborah Leal e corroborada pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB), através da professora Karoline Campos. Um comissão permanente foi criada para auxiliar os detentos nas resenhas literárias e acompanhá-los nas leituras.

A medida respeita o exposto nos artigos 568 e seguintes do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba e na recomendação 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).²⁸

Como foi abordado acima, existem projetos de implementação da remição pela leitura no interior do estado da Paraíba, para que, não se fique restrito a capital

²⁵ Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/downloads/PLANO-ESTADUAL-DE-EDUCACAO-NAS-PRISOES-PARAIBA-2015.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

²⁶ Disponível em: <<http://corregedoria.tjpb.jus.br/legislacao/codigo-de-normas-cgjp-judicial/>>. Acesso em: 24 set. 2017.

²⁷ Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>>. Acesso em: 24 set. 2017.

²⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/presos-tem-pena-reduzida-por-cada-livro-lido-em-cadeia-de-princesa-isabel-pb.ghml>>. Acesso em: 24 set. 2017.

e se dê a oportunidade de desenvolver atividade educacional nas cadeias públicas espalhadas por todo o estado.

Atualmente não existem convênios entre o Estado da Paraíba e o município de João Pessoa que tornem possível ampliar a assistência educacional nas prisões da capital. O ensino a distância que tornaria possível democratizar o acesso dos presos a educação é ignorado no cárcere.

Quando tratamos em demanda devemos ir além dos muros das penitenciárias. A grande demanda é a necessidade da sociedade em reduzir a violência e inserir o homem no mercado de trabalho e torna-lo produtivo. Esta ação vislumbra prevenir o retorno ao crime.

Uma barreira que os professores na Paraíba convivem há muito tempo, são as graves deficiências de ordem estrutural, tais como: número insuficiente de professores além da superlotação de Unidades Prisionais; precariedade e comprometimento da dimensão física das salas de aulas; desrespeito de alguns direitos básicos dos reclusos ao acesso ao ensino; faltando material básico para o aprendizado, diminuto reconhecimento social e baixos salários desses profissionais da educação; dentre demais dificuldades.

Os cargos de diretores de uma unidade prisional podem ser preenchidos por qualquer pessoa ao interesse político do governo. O cargo exige qualificação técnica para tal finalidade, entretanto na maioria das vezes não são observados pela administração pública, pois para se tornar um gestor prisional deveria existir algum tipo de seleção por critérios objetivos, é o que preceitua a Lei.

De acordo com o art. 75 da LEP, o ocupante do cargo de Diretor prisional deve satisfazer determinados requisitos, tais como: ser portador de diploma de nível superior nas áreas de Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Pedagogia ou Serviço Social; possuir experiência administrativa na área; ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função, além da obrigatoriedade de morar no próprio estabelecimento prisional ou nas suas proximidades, dedicando-se integralmente às funções.

A gestão prisional deve passar seus funcionários por critérios específicos de seleção de acordo com a integridade, humanidade e capacidade profissional, para que possam desempenhar suas atividades. Os funcionários devem receber treinamento adequado na atividade de Assistência Educacional:

Art. 9º - Educadores, gestores, técnicos e agentes penitenciários dos estabelecimentos penais devem ter acesso a programas de formação integrada e continuada que auxiliem na compreensão das especificidades e relevância das ações de educação nos estabelecimentos penais, bem como da dimensão educativa do trabalho.

§ 1º Recomenda-se que os educadores pertençam, preferencialmente, aos quadros da Secretaria de Educação, sejam selecionados por concursos públicos e percebam remuneração acrescida de vantagens pecuniárias condizentes com as especificidades do cargo (RESOLUÇÃO Nº- 03, DE 11 DE MARÇO DE 2009).

Diversas atividades voltadas para a educação, artes e religião deveriam ser desenvolvidas nas unidades da Capital, colaborando para a melhoria do comportamento de alguns detentos. É perfeitamente possível o agente penitenciário contribuir nas atividades da EJA, a possibilidade de aproveitamento dos agentes nas aulas, seja como professor visto que muitos possuem formação acadêmica, colaborador, palestrante ou de alguma maneira que melhore o convívio, um trabalho conjunto envolvendo professores, agentes e detentos contribuindo para o crescimento de todos.

A educação nas prisões do estado da Paraíba, assim como em qualquer lugar do mundo, não irá salvar todos os envolvidos neste processo. Devemos colocar ferramentas necessárias para as superações pessoais dos indivíduos. Principalmente em um mercado de trabalho extremamente competitivo que, em períodos de crise financeira, descarta pessoas em troca de resultados com menor custo.

Ao desejar levar mudanças substantivas sobre os privados de liberdade, há que se ter consciência de que ela depende dos posicionamentos teóricos tomados hoje. Deve-se, portanto, permear a atuação do professor que trabalha no sistema prisional, por conta da temática educacional, que busca a reinserção de alunos presos na sociedade. Por isso, o ponto de partida de qualquer programa no sistema prisional é a conscientização do formando frente à realidade social.

Não é uma matemática simples, pois as variáveis que agem sobre o egresso na busca por colocação na cadeia produtiva são infindáveis. Não basta apenas ter formação, mas tem que haver o entendimento do empregador, garantias do Estado sobre o possível empregado, acompanhamento psicológico e social pelos órgãos de ressocialização entre outros. Cabe ao Estado, à sociedade civil organizada e a todos que se interessam em reduzir a violência, colaborar na quebra de paradigmas sociais e unir forças para dar ao apenado uma segunda chance. Não apenas educar mas direcionar, orientar e acompanhar o egresso para evitar a reincidência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a punição ainda conste como uma das finalidades da pena observou, em tese, o quanto os sistemas prisionais transformaram-se com o passar do tempo, de forma que a antiga visão retributiva de tratar “o mal com o mal”, atualmente, já deu lugar ao mundo, no plano formal, à prevenção do ato criminoso e a recuperação do condenado de maneira a reintegrá-lo de forma digna à sociedade. Durante todo este trabalho monográfico buscou-se apresentar subsídios que mostrem que o exame da produção científica e da legislação educacional e penitenciária no Brasil nas últimas décadas, segue a evolução do Direito com ênfase no caráter educacional do sistema prisional. Tal abordagem evidencia-se principalmente, no que tange a reinserção do condenado à sociedade e na legislação que garante a Assistência Educacional ao preso.

São diversas as legislações vigentes: em nível internacional, temos a Declaração Universal dos Direitos do Homem, as regras de Mandela, as Regras de Tóquio, bem como o Pacto de São José da Costa Rica, que estabelecem à miúdo o tratamento que deve ser dado ao preso. No âmbito nacional, a Constituição Federal Brasileira e a LEP. Estas legislações nos mostram, especificamente, que não é por falta de socorro legal que a realidade das prisões brasileiras é tão precária, o problema é oriundo do descaso e de não pô-las em prática.

As regras de Mandela seguem com as legislações, doutrinas e jurisprudências brasileiras e servem como guia para formar o conjunto estruturante da justiça e sistemas penais. O Estado brasileiro participou ativamente na sua elaboração, entretanto esta normativa não foi transformada em políticas públicas até este momento, mostrando o quão frágil ainda peregrina nosso país quanto à valorização em matéria de dignidade humana. As regras devem ser utilizadas como instrumentos de transformação de paradigmas sobre a prisão.

A omissão do Estado é tamanha que a maioria das pessoas que chegam às unidades prisionais não possuem sequer a documentação básica como identidade e CPF, além disso, não sabem assinar seus nomes, sendo em grande maioria de negros e pardos de baixa renda, com a dificuldade que esse segmento da população tem de acessar os bens sociais como: saúde, educação, trabalho, habitação, etc – tendo na sua maioria com faixa etária de jovens. O nível de escolaridade é baixo, portanto nunca exerceram efetivamente cidadania. Faz-se necessário um

desenvolvimento de ações que venham a proporcionar o acesso aos direitos que foram negados antes de adentrar na prisão desta forma. A preocupação central do presídio é com a segurança e a detenção das pessoas ali encarceradas, com a segurança da sociedade e não necessariamente da pessoa presa. É o lugar da não liberdade, constituindo um espaço que institucionaliza e tira a independência e a autonomia das pessoas.

Desta forma, a sociedade sofre com a ineficácia do Sistema Penitenciário Brasileiro, pois este não cumpre o seu papel ressocializador. Não é com satisfação que constatamos que, com o atual formato, a ressocialização não tem poder de alcançar sua finalidade de reinserir o detento de forma harmônica na sociedade.

Argumentos de diversas índoles e raízes são utilizados para defender a oferta da educação em prisões para as pessoas jovens e adultos privados de liberdade: a educação ocupa o tempo e a mente de quem tem disponibilidade de sobra; pode ter um efeito terapêutico no sentido de diminuir os conflitos e as tensões dentro do presídio; ajuda a mudar comportamentos e contribui para a reabilitação dos presos; é instrumental, no sentido de preparar os presos para uma reentrada mais produtiva e ética na sociedade ao concluir a sentença; e pode ajudar a diminuir a reincidência, que tem um custo social e financeiro altíssimo para a sociedade.

Com ou sem privação de liberdade, o direito à educação é igual para todas as pessoas e precisa ser frisado e respeitado. Ao entender a educação em prisões como uma modalidade de educação de jovens e adultos, defendemos a necessidade de situar a EJA na perspectiva da aprendizagem e da educação ao longo da vida, procurando dar expressão à educação por uma diversidade de formas não necessariamente restritas à escolaridade. Para quem possui uma escolaridade precária, mas também frequentemente uma experiência negativa de escola, outros tipos de aprendizagem podem servir como incentivos para eventualmente retornar a trajetória escolar interrompida.

A análise da legislação penal e da legislação educacional expõe que, nas últimas décadas, o Brasil vem tentando garantir a todos o acesso à educação. Esse empenho vem materializando-se em termos da elaboração de leis e normas voltadas para a garantia desse direito e também por meio de projetos que vêm sendo desenvolvido com esse objetivo. Entre essas iniciativas, vale destacar a possibilidade de utilização do tempo de estudo para remição da pena dos presos

condenados. A admissão dessa possibilidade na LEP configura-se como avanço importante no sentido de aumentar o acesso educação.

A garantia do direito à educação surge na literatura pesquisada como forte indicador de que a sociedade procura democratizar e como uma condição para a diminuição da desigualdade social que, por materializar o preconceito, a discriminação e as diversas formas de injustiça, constitui-se no principal indutor de criminalidade; portanto um caminho que leva as pessoas à prisão.

Os dados mostram que à maior parte das pessoas que se encontram presas esse direito já foi negado pela falta de acesso ou pela falta de condições de permanecer na escola. Assegurar o direito à educação a uma pessoa cuja experiência de vida reiteradas vezes disse que a educação não era para ela, surge como desafio. Foi possível perceber que não se trata de um tema consensual e que a sistematização de conhecimento sobre ele pode constituir-se em contribuição importante para o campo da educação.

Para os operadores do direito torna-se fundamental refletir sobre formas que diminuam o efeito negativo da prisão. Pode concluir-se que o nosso sistema penitenciário, na realidade, não combate, muito menos elimina a criminalidade. Ao contrário, a produz e reproduz seletivamente. Praticamente, são sempre as mesmas pessoas ou categorias que acabam sendo selecionadas. Considerando sua ineficácia reabilitadora, torna-se uma instituição que não alcançou a humanização da pena, uma vez que, no fundo não privilegia a função de reinserção social. Por isso, não fazem parte de suas funções reais, mais sim outras, como a seletividade criminal, pelo que se diz com muita propriedade que o nosso sistema penal tem uma “eficácia invertida”.

Conclui-se que a educação é sempre mediada por uma realidade complexa e, no contexto prisional, torna-se ainda mais volátil e carregada. Por esse motivo, é ingênuo acreditar que a educação possui um poder mágico para resolver todas as questões. Assim, como foi exposto previamente, a intersetorialidade nas políticas públicas é um elemento fundamental na educação de jovens e adultos, tornando-se igualmente central no contexto prisional. Essa articulação das políticas públicas precisa atender ao preso e sua família. Esta pesquisa revela que as ações desenvolvidas pelo Estado e voltadas para a educação formal dos presos acontecem em um ambiente de muita precariedade. Isso, porque se dá por meio de

parceria entre dois sistemas que, ao longo do tempo, foram relegados pelas autoridades públicas: o sistema prisional e o sistema escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ALBERGARIA, Jason. **Das penas e da execução penal**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ASSIS, Rafael Damaceno de. A Realidade atual do Sistema Penitenciário Brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, v.11, n.39, p.74-78, out. 2007.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação **Coordenação de Biblioteca**. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em 15 ago. 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte geral, volume 1. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Tratado de direito penal: parte geral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. **Código de Processo Penal Brasileiro**. 3 ed. Atual e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 jul. 2017.

_____. **CPI. Comissão Parlamentar de Inquérito**. Câmara Federal. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/31899/cpi_sistema_carcerario.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 nov. 2017.

_____. **Lei de Execução Penal, Lei Nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Planalto do Governo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 09 ago. 2017.

_____. **MEC. CNE/CEB. Resolução nº 2, de 19 de Maio, 2010**. Ministério da Educação. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **MEC-SEED**. Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA. Brasília, 2008.

_____. **Ministério da Justiça**. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema de Informação Penitenciária (**Infopen**). Brasileira, 2014.

_____. **Resolução N º 3, de 11 de março de 2009**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnppc/resolucoes/resolucoes-arquivos-pdf-de-1980-a-2015/resolucao-n-o-3-de-11-de-marco-de-2009.pdf>>. Acesso em: 10 ag. 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação. Proposta do Executivo ao Congresso Nacional**. Brasília 1998. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/cibec/on-line.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. Notícias STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=333742>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

_____. **Supremo Tribunal de Justiça. Súmula nº 341 - 27/06/2007 de 13/08 – DJ, 2007b. Planalto do Governo**. Disponível em: <http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stj/stj__0341.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 7ª edição. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1999

DOTTI, René Ariel. **Bases e Alternativas para o sistema de penas**. São Paulo: Revista dos Tributos, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral. v. 1. 14. ed. Niterói: Ímpetus, 2011a.

_____. **Direitos humanos, sistema prisional e alternativas à privação de liberdade**. São Paulo: Saraiva, 2011b.

HADDAD, Sergio. Educação e exclusão no Brasil. Em Questão 3. **Observatório da Educação**. Ação Educativa. São Paulo, 2007.

HENTING, Hans von apud BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HOOD, Roger; SPARKS, Richard apud BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

JESUS, Damásio. **Direito Penal**. 36ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

KLOOS, Vanderlei. **Ressocializar X Retribuir**. 25/jul/2003. Direito Net. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/12/09/1209/>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MAEYER, Marc. Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida? In: ALFATEZIZAÇÃO e Cidadania: **Revista de educação de jovens e adultos**. Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, 2006.

_____. **A continuación de la Confintea VI**. Convergence, Leicester, UK, v. 42, n. 2/4, 2009.

MENDONÇA, Claudiana da Silva; PESSOA, Raimundo Wellington Araújo. **A importância das penas alternativas na ressocialização do apenado**. Panóptica, [S.l.], v.3, n.3, p.54-82, nov. 2008. ISSN 1980-7775. Disponível em: <<http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/162/172>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução penal**: comentário a Lei n. 7.210. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Execução penal**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOLINA, Antonio Pablos Garcia de. **Criminologia**: uma introdução aos seus fundamentos teóricos. São Pulo: Revistas dos Tribunais, 2008.

MONTENEGRO, Manuel. **CNJ** divulga dados sobre nova população carcerária brasileira. 2014. Disponível: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61762-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileiro>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. Execução Penal e Falência do Sistema Carcerário. **Boletim do IBCCrim**, São Paulo, nº 83, p. 10, out. 1999. disponível em: <<http://webartigos.com/artigos/ressocializacao-profissionalizacao-e-inclusao-concreta-do-condenado/108751#ixzz4tifcHfOC>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

NUNES, A. Da Execução Penal. 3ª ed. **rev. e atual**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

OFFE, Claus. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação – contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. **Revista Educação & Sociedade**, n.35, abril. 1990.

OLIVEIRA, Maria de. **Prisão**: um paradoxo social. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

OLIVEIRA, Edmundo de. **Direitos e deveres do condenado**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em:

<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017

OEA. Organização dos Estados Americanos, **Convenção Americana de Direitos Humanos** ("Pacto e San José de Costa Rica"), 1969.

PARAÍBA, Governo do Estado da. **Plano Estadual de Educação nas Prisões**.

João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/downloads/PLANO-ESTADUAL-DE-EDUCACAO-NAS-PRISOES-PARAIBA-2015.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

PARAÍBA, Governo do Estado da. Tribunal de justiça da. **Código de normas cgjpb**. Disponível em: <<http://corregedoria.tjpb.jus.br/legislacao/codigo-de-normas-cgjpb-judicial/>>. Acesso em: 24 set. 2017.

PERNAMBUCO (Estado). **Lei Nº 15.755**, de 4 de abril de 2016: Código Penitenciário do Estado de Pernambuco. Disponível em:

<<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=15755&complemento=0&ano=2016&tipo=&url=>>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 5. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

ROMÃO, José Estáquio; Gadotti, Moacir. **Educação de adultos**: cenários, perspectivas e formação de educadores. Brasília: Liber/Instituto Paulo Freire, 2007.

SANTIAGO, Jayme Brito; BRITO, Tatiana Feitosa de. A Educação nas prisões. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 43 n. 171 jul./set. 2006, p. 299-304.

SANTOS, Paulo Fernando. **Lei de Execução Penal**: comentada e anotada jurisprudencialmente. São Paulo: LEUD, 1999.

SAUNER, Nelita Ferraz Mello. **Alfabetização de Adultos**. Ed. Juruá. 2002.

SERRADO JÚNIOR, Jerru Vieira. **Políticas Públicas Educacionais no Âmbito do Sistema Penitenciário**: aplicações e implicações no processo de (re)inserção social do apenado. 2009. 103 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho UNESP, Presidente Prudente, 2009.

SOARES, Leôncio. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

SORCI, Almeida. Caderno Juízes para a Democracia, ano 5, nº 21, jul/set, 2000.

TEIXEIRA, Carlos José Pinheiro. **EJA e Educação Profissional**. BRASIL. MECSEED Boletim nº 06, maio 2007 (Salto para o Futuro). p 14-21.

THOMPSON, Augusto. **A Questão penitenciária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. v. 1. Parte Geral. 8. ed. São Paulo: **Revistas dos Tribunais**, 2006. p. 66.